



Massimiliano Tarozzi

O que é a
GROUNDED
THEORY?

Metodologia de pesquisa e de
teoria fundamentada nos dados

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tarozzi, Massimiliano

O que é grounded theory : metodologia de pesquisa e de teoria
fundamentada nos dados / Massimiliano Tarozzi ;
tradução de Carmem Lussi. – Petrópolis, RJ :
Vozes, 2011.

Título original: Che cos'è la Grounded Theory

Bibliografia

ISBN 978-85-326-4188-5

1. Ciências sociais – Pesquisa – Metodologia
2. Pesquisa qualitativa I. Título.

10-07031

CDD-300.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa qualitativa : Metodologia : Ciências
Sociais 500.72

Tradução de Carmem Lussi

 EDITORA
VOZES

Petrópolis

CONHECER A *GROUND*ED THEORY

1.1 Partindo da definição

No ano de 1967, Barley Glaser e Anselm Strauss publicavam seu volume *The Discovery of Grounded Theory*, que continha a primeira formulação de um método inovador para a pesquisa qualitativa. A introdução àquele texto trazia uma definição sintética dessa abordagem. Convém partir desta, pois resume em si importantes elementos que podem focalizar as características e os traços qualificadores deste método: “a Grounded Theory é um *método geral* de análise comparativa [...] e um conjunto de procedimentos capazes de gerar [sistematicamente] uma teoria fundada nos dados” (GLASER & STRAUSS, 1967: VIII – grifo nosso). Analisemos as palavras em itálico.

- Um *método geral*. Para seus fundadores a GT é “um método geral” (também foi definido “estratégico” – GLASER & STRAUSS, 1967: 21) e, contemporaneamente, “um conjunto de procedimentos”. É uma metodologia, isto é, um discurso racional global, uma orientação sobre o método e a análise teórica do mesmo, um modo de pensar (ou de construir) a realidade social e, ao mesmo tempo, um método; isto é, um procedimento, um conjunto de instrumentos, uma *techné* para trabalhar os dados da pesquisa empírica (COHEN & MANION, 1980). A reflexão metodológica deveria dar conta

do processo de trabalho investigativo, enquanto o método é funcional ao trabalho produtivo. Daquela primeira definição, sucederam-se alternadamente, no tempo, opiniões diferentes sobre como deve ser entendida a GT e sobre sua colocação entre os métodos e as metodologias. Para Glaser (1978) e outros, ela é essencialmente uma metodologia, para Juliet Corbin (STRAUSS & CORBIN, 1990) é um método, para Kathy Charmaz (2006), uma constelação de métodos. Para os objetivos deste livro, a GT pode ser entendida fundamentalmente como uma metodologia que contém várias indicações de procedimentos, as quais, porém, assumem diversas declinações, segundo a escola e os autores interessados. Como, de fato, emerge da definição acima citada, a GT pode ser considerada ambas as coisas: seja um olhar teórico sobre o recolhimento e a análise de dados (“um método geral”), e “um conjunto de procedimentos” e de instrumentos concretos para recolher e analisar dados. O que é mais importante para quem utiliza essa abordagem é saber muito bem que existem dois níveis e estar sempre consciente do nível de abstração no qual se coloca.

- *Sistematicamente.* Esse advérbio, acrescentado entre parêntesis na definição acima citada (uma vez que está amplamente presente em muitas outras citações dos autores) enfatiza os aspectos funcionais do método. Um traço peculiar da GT que, em sua origem, a distinguia do impressionismo assistemático de outras abordagens qualitativas, então fortemente em crise, era exatamente o acento na sistematicidade de seus procedimentos. Os métodos qualitativos, nos anos de 1960 e muitas vezes ainda hoje, eram considerados de escassa validade e ainda menor confiabilidade, porque eram fortemente condicionados por um intenso subjetivismo do(a) pesquisador(a) e pela falta de rigor de seus procedimentos. À pesquisa qualitativa faltavam os procedimentos standardizados da pesquisa quanti-

tativa e experimental, e nada era proposto em alternativa que preservasse algumas características essenciais que legitimamente a comunidade científica espera dos êxitos de uma pesquisa: um certo grau de aderência às interpretações (ou representações) da realidade estudada, a capacidade de explicar fenômenos através de enunciados sistematicamente organizados e, quem sabe, fornecer previsões sobre tais fenômenos.

- *Gerar teoria.* O êxito de uma pesquisa conduzida com a GT é uma teoria, uma interpretação racional, densa, articulada e sistemática, capaz de dar conta da realidade estudada. Na história da sociologia, as teorias sociais mais extensivas foram o êxito de uma atividade teórica. A pesquisa empírica nas ciências sociais modernas raramente produz teorias compreensivas, mas chega somente até a verificação da hipótese ou o fornecimento de descrições. A GT tem a ambição de produzir uma teoria complexa e articulada, mesmo que seja considerada, por alguns estudiosos, teoria de “médio raio”, como aquelas produzidas pelos teóricos de muitas disciplinas, inclusive a sociologia da primeira parte do Novecentos, que oferecia *grand theories*. Nas ciências sociais contemporâneas é verdadeiramente original que um método de pesquisa empírica produza uma teoria interpretativa dos fenômenos estudados, isto é, algo que normalmente é esperado como êxito do trabalho especulativo dos teóricos de uma disciplina e não do trabalho empírico dos pesquisadores de campo. A distinção clara entre teoria e pesquisa empírica intensificou-se no século passado paralelamente ao processo de afirmação do paradigma positivista nas ciências humanas e sociais. A aspiração de construir teorias compreensivas desapareceu dos estudos experimentais, e a atividade de produção teórica reduziu-se a testar hipóteses extraídas em modo hipotético-dedutivo de teorias preexistentes. De fato, o trabalho criativo de elaboração teórica exau-

ria-se no ato mesmo de elaborar uma hipótese a partir de uma revisão crítica dos estudos precedentes ou na decisão de replicar estudos progressos mudando pequenas condições. À pesquisa restava somente a verificação ou a falsificação da teoria. A GT, pelo contrário, sublinha com força a íntima ligação entre pesquisa teórica e pesquisa empírica e se coloca no estreito espaço que une teoria e realidade empírica.

• *Fundada nos dados.* O tipo de teoria produzida com essa abordagem tem uma sólida base empírica, isto é, é extraída a partir dos dados. Os fundadores alocam uma clara distinção entre uma teoria construída dentro do espaço acadêmico (*armchair theory*) e a que resulta de um trabalho de campo. Aqui está o conceito, intraduzível, de *grounded*, que significa ao mesmo tempo: enraizado, embasado, mas também encravado, firme à terra (referido a aviões, em inglês), ou então pôr as bases, ensinar os primeiros rudimentos, preparar o fundo de um desenho. Portanto, o fundamento nos dados de uma teoria *grounded* tem algo de carnal, de sólido, é um enraizamento vital na experiência dos fatos, forte, intenso, às vezes até violento. Ao mesmo tempo, é um enraizamento preciso, pontual e, por causa disso, pode ser a base para construções sucessivas; é um terreno sobre o qual pode-se construir complexas teorias formais. Uma teoria desse tipo não é somente embasada nos fatos ou extraída empiricamente dos dados, é algo mais: dá o sentido de uma ancoragem robusta, profunda, vital na experiência vivida. Isso qualifica essa abordagem de maneira original, assim como o tipo de teoria que é capaz de produzir: uma teoria similar àquela produzida por teóricos e filósofos, mas construída a partir de uma investigação empírica e, portanto, ancorada aos dados. Essa natureza *grounded* da teoria, o seu enraizamento vivido nas vísceras da realidade é o que consente, depois, à teoria elaborada, ter um valor prático-operativo muito marcante e de ser útil para os operadores.

1.2 Características do método

Apesar da multiplicidade de interpretações e da variedade de métodos e de procedimentos que se multiplicaram em quarenta anos desde a publicação do volume de Glaser e Strauss, alguns traços metodológicos constantes podem ser identificados, os quais representam as fundamentais características que qualificam as pesquisas que podem ser definidas como GT.

De fato, como acontece muitas vezes na pesquisa qualitativa, a flexibilidade dos métodos e dos instrumentos – tão importante para poder descrever e interpretar realidades complexas que não se deixam amarrar nos limites de esquemas rígidos de outras abordagens de pesquisa mais standardizadas – é, todavia, causa até mesmo de confusão metodológica e de mixagens impróprias de métodos estruturalmente diferentes. A tendência à confusão de métodos (*method slurring* – cf. BAKER, WEST & STERN, 1992) dissolve a peculiaridade de uma abordagem, perdendo a possibilidade de um uso apropriado e coerente com a realidade estudada. É óbvio que a busca da “pureza” metodológica não pertence à ideia de ciência que subjaz às várias abordagens qualitativas e, cabe sublinhar, é plenamente legítimo utilizar, com cautela e competência, métodos mistos ou múltiplos (MORSE & RICHARDS, 2002). Contudo, e até mesmo para poder “transgredir” a ortodoxia de um método ou para utilizá-lo em combinação com outros, é importante conhecer a fundo sua natureza e saber dominar plenamente seus procedimentos.

Eis por que, mesmo mantendo a necessidade de flexibilidade e aceitando uma noção plural de GT que compreenda uma multiplicidade de abordagens e de orientações, é importante, entretanto, levar em consideração os traços característicos dessa abordagem que, independentemente da orientação preferi-

da, não podem absolutamente faltar (GLASER & STRAUSS, 1967; CHARMAZ, 2000, 2006). Considerando que sobre o uso concreto da GT existe muita *confusão*, não somente na Itália, pode-se dizer que na falta de *todas* as características que seguem, mesmo declinadas em modo diverso, não se pode falar de GT.

- *Explorar um processo*. Muitos métodos qualitativos, sobretudo depois da “reviravolta interpretativa”, que investiu nas ciências sociais a partir dos anos de 1970 e 1980, focalizam a própria análise somente ou principalmente na *linguagem* ou exclusivamente nos *significados*. A peculiaridade da GT, mesmo partindo da linguagem e dos significados, é, contrariamente, a de *buscar regularidade* de tipo conceitual entre os fenômenos a serem analisados. Por conseguinte, seus êxitos fornecem uma interpretação teórica densa e sistemática do que acontece num certo fenômeno. Nesse sentido, um traço peculiar (apesar de ambicioso) da GT é o de ser particularmente apta à exploração, não de fenômenos estáticos, mas dos processos subjacentes a tais fenômenos e de suas dinâmicas, percebidas em seus respectivos contextos. A GT tem por fim fazer emergir os processos sociais e os processos psicológicos de base que subjazem aos fenômenos indagados. Retornaremos sobre esse ponto mais detalhadamente, fornecendo exemplos de aplicação no capítulo 4, quando será tratada a formulação da pergunta de pesquisa.

- *Amostragem teórica (theoretical sampling)*. Outra marca registrada da GT é um particular tipo de amostragem ou de seleção dos sujeitos participantes da pesquisa. A amostragem teórica é um procedimento típico da GT e constitutivamente ligado aos seus pressupostos analíticos e procedimentais, não obstante tenha sido sucessivamente utilizado também por outros métodos qualitativos, pois representa em si uma modali-

dade rigorosa para resolver o antigo problema da validade científica da amostragem na pesquisa qualitativa. Esta se fundamenta em pressupostos completamente diferentes daqueles da amostragem probabilística sobre base estatística. Na GT, a amostra não se refere à extensão do número de participantes em relação ao universo da população, buscando encontrar o número mínimo de sujeitos que torna críveis e generalizáveis os êxitos da pesquisa. A lógica da amostragem teórica é completamente outra. Trata-se de uma função do processo analítico e se apresenta como uma extensão progressiva, no decorrer da análise, do número e das características dos participantes; uma extensão conduzida pelas exigências do trabalho de conceitualização teórica. Em outros termos, a amostra não se forma *a priori*, mas no decorrer da pesquisa, seguindo as lacunas da teoria emergente, para chegar a “saturar” (cf. seção 5.2.1) as categorias, recolhendo dados de sujeitos e de contextos que apresentam aquelas características sobre as quais a teoria emergente é ainda fraca. No capítulo 5 será tratada mais detalhadamente a lógica de funcionamento da amostragem teórica.

- *Simultaneidade entre recolher e analisar os dados*. A amostragem teórica é possível somente em razão do fato que o momento de recolher e aquele de analisar os dados coincidem. Se não fosse assim, não seria possível distribuir a escolha dos participantes durante o inteiro percurso de pesquisa, nem se poderia desenvolver o trabalho de construção da teoria, libertando-se do plano descritivo para percorrer níveis de abstração conceitual sempre crescentes. Assim sendo, como no caso descrito na premissa, quem recolhe enormes quantidades de dados (como acontece, muitas vezes, na pesquisa qualitativa) e só sucessivamente, diante de quilômetros de transcrição, depois de ter concluído o trabalho de campo, põe-se o problema de como analisar todo o material recolhido, não está condu-

zindo uma GT. Esta exige necessariamente a simultaneidade entre a coleta e a análise dos dados. Além da progressiva extensão da amostra, também o trabalho de codificação, a escolha das primeiras categorias relevantes para a pesquisa, a reformulação da pergunta de pesquisa, a definição de propriedades e atribuições das categorias e a delimitação da teoria impõem que exista um acompanhamento constante da reflexão analítica com periódicos retornos ao campo, e que o processo de recolhimento de dados seja guiado pela reflexão analítica sobre as categorias emergentes. Este é um dos traços mais difíceis no fazer GT, porque predispõe-se à coleta de dados tendo contemporaneamente presente a dimensão analítica, e vice-versa, é uma operação complexa e talvez não natural. Recolher e analisar dados são operações mentais distantes entre elas, que somente um longo treinamento consegue conduzir a um único conjunto. É análogo ao que acontece ao pianista, em suas primeiras aulas: encontra grande dificuldade para mover independentemente a mão direita da esquerda, mas, depois de algum tempo de prática, consegue fazê-lo sem esforço. Esse tema será retomado no capítulo 5 quando serão descritas, em detalhe, as fases da codificação da GT.

- *Usar o método da constante comparação em todos os níveis de análise.* O método da constante comparação é o coração da GT. Originalmente, este parecia ser até mesmo o nome com o qual se definia o método em seu conjunto: dois anos antes da publicação do volume *The Discovery of Grounded Theory*, que inaugurava a nova metodologia, havia sido publicado um artigo de Barney Glaser na revista *Social Problems* intitulado "The Constant Comparative method of Qualitative Analysis" (GLASER, 1965), em seguida republicado como quinto capítulo do *The Discovery of Grounded Theory*. A constante comparação é um método geral para investigação, não dife-

rentemente de como o são os métodos estatísticos ou os desenhos experimentais: confrontam-se constantemente dados entre si, etiquetas geradas pela primeira codificação, eventos diferentes observados, categorias (entre si e com os dados), propriedades das categorias. O confronto entre elementos diferentes e distantes é o que prepara o terreno para a intuição, verdadeiro motor para a construção da teoria, e indica o mecanismo da metáfora o qual, ligando entre si conceitos distantes, produz inferências e gera novos conhecimentos em um plano conceitual mais elevado (cf. seção 6.5). A constante comparação convida a apresentar constantemente perguntas aos dados, nos vários níveis de análise, e essas perguntas, que buscam nexos entre dados e conceitos, favorecem o progresso da compreensão conceitual dos fenômenos estudados.

- *Construir uma codificação a partir dos dados.* Como já foi antecipado, a teoria gerada através desse método não se constrói somente dentro do espaço físico universitário, nem é o êxito de uma análise teórica a partir de textos científicos, mas é sempre enraizada na experiência. Isto significa que um traço peculiar, que não pode faltar nessa abordagem, é o de manter e preservar um forte enraizamento da conceituação nos dados empíricos. A intuição, que nasce da constante comparação e leva a pôr em luz os processos sociais e psicológicos de base, deve ser sempre enraizada nos dados, e o percurso de construção teórica que se desencadeia desse processo deve ser sempre traçado de modo a justificar e explicitar de maneira transparente a sua conexão com os dados dos quais foi gerado. Por mais similar que pareça ser com o filosofar, a GT é um método de pesquisa empírica e não o fruto de especulação filosófica, embora seus êxitos possam dialogar em igualdade de posição com as "grandes" teorias sociológicas construídas nos espaços acadêmicos. Por isso, a codificação deve proceder em

maneira lenta e progressiva, sem nunca perder a ligação com a base empírica. A codificação é estratificada em níveis sucessivos e progressivos que, na literatura, são chamados de modos diferentes. Tal maneira gradual e progressiva de codificar é necessária para manter a evidência e os traços do percurso gerativo dos conceitos que constituem a teoria enraizada. Por isso, são exigidos periódicos retornos aos dados iniciais, mesmo nas fases mais avançadas de elaboração teórica, os quais freiam as excessivas fugas para frente que a intuição induz, a ponto que se pode evidenciar um certo retrocesso no processo de construção teórica. No terceiro capítulo serão ilustrados os aspectos processuais, nunca lineares, da construção teórica e o enraizamento dos vários níveis de codificação nos dados tornar-se-á esquematicamente evidente.

- *Elaboração de conceitos, não descrição.* A este ponto já deve ser claro para o(a) leitor(a) que uma GT conduz à geração de uma teoria, portanto a operação fundamental à qual se faz apelo é a elaboração conceitual e não a descrição, como exigido pela maior parte dos demais métodos. Já foi tratado sobre a construção da teoria; portanto, não é necessário acrescentar mais aqui sobre esse aspecto, a não ser para lembrar que o acento sobre a elaboração conceitual a partir dos dados representa uma marca registrada da GT; por conseguinte, as análises que não conseguirem decolar do plano da descrição, por mais acurada, sistemática e aprofundada que seja, não podem ser consideradas GT. No capítulo 5 serão apresentados exemplos sobre o modo em que a elaboração conceitual, operação extremamente difícil de conduzir na prática da pesquisa, configura-se nos vários níveis de codificação e de análise.

- *Produção de memorandos e de diagramas.* De um ponto de vista mais formal, toda GT digna desse nome apresenta impreterivelmente alguns arcabouços instrumentais típicos que

respondem a específicas exigências metodológicas próprias do método. Antes de tudo os memorandos. Escrever anotações sobre o processo de pesquisa, que são de diferente natureza em cada uma de suas várias fases, representa um espaço metacognitivo, não só aconselhado, como em outras abordagens, mas um imperativo deste método. É assim que acontece a construção teórica, que se elabora a constante comparação e assim que a amostragem teórica se configura. É assim também que as intuições e as hipóteses que guiam o desenvolvimento do trabalho encontram espaço. Nos memorandos é escrita a história teórica do processo analítico, é traçado o mapa do percurso desenvolvido e identificadas as direções a assumir no futuro. Esses representam um material extremamente rico que acompanha e estimula a produção teórica, mas que não deixa traços visíveis no produto final. Têm uma função que podemos definir *scaffolding* e, como os andaimes, são fundamentais para acompanhar e sustentar a construção de um edifício, mas, uma vez que este estiver finalizado, são retirados e esquecidos. De modo idêntico funcionam os diagramas. Estes não são tão típicos como os memorandos, mas seu uso representa, contudo, um traço característico que distingue muitas vezes um artigo ou um volume de um estudo que utilizou a GT. De fato, por vezes, os mapas conceituais, os esquemas, os diagramas, as ilustrações têm também uma função de *scaffolding* nos níveis superiores de elaboração teórica, quando se trata de acompanhar a constante comparação entre as categorias e macrocategorias já bastante abstratas. Muitas vezes eles encontram lugar também nos relatórios finais, próprio pela sua capacidade expressiva e sua potencialidade em resumir esquematicamente situações e processos complexos, que dificilmente são compendiados em forma linguística, especialmente no caso da linguagem técnica (e pobre) exigida em um texto

científico. Nas seções 6.1 e 6.2 será tratado sobre a utilização concreta dos memorandos e dos diagramas dentro de um processo analítico.

1.3 A natureza específica da teoria enraizada

Uma teoria pode ser entendida como um conjunto sistemático de conceitos, ligados entre si através de relações explícitas, que é capaz de explicar fenômenos e é dotado de certa capacidade de previsão. Como foi visto, uma teoria assim entendida pode ser também desvinculada dos dados da experiência empírica. As grandes teorizações, produzidas pelos padres fundadores da sociologia clássica, são teorias compreensivas, mas não *grounded*. Por outro lado, a transformação das ciências sociais em ciências empíricas, de acordo com a epistemologia positivista, colocou com força na agenda a necessidade de extrair empiricamente os êxitos do próprio trabalho de investigação e de não considerar válidos e rigorosos os enunciados que não pudessem ser provados através de verificação empírica.

Glaser e Strauss (1967), com uma distinção que hoje é amplamente ultrapassada, contrapõem nitidamente a pesquisa finalizada à *verificação* (de teoria) com aquela que eles propõem como sendo finalizada à *produção* (de teoria) que, por sua vez, é distinta das teorias produzidas sem pesquisa de campo. Em outros termos, a teoria enraizada se contrapõe ao método hipotético-dedutivo de pesquisa e propõe um método, também empírico, para produzir rigorosamente uma teoria através de uma abordagem *indutiva* ou por *abdução* (cf. seção 6.5). Observando atentamente, como será apresentado no próximo capítulo tratando dos desenvolvimentos recentes da GT, depois da reviravolta interpretativa nas ciências sociais, o processo indutivo que levaria à “descoberta” da teoria foi for-

temente colocado em discussão. Ao contrário, a construção teórica seria o êxito de processos mais complexos de negociação de significados entre atores, contexto e pesquisador(a). Logo, pode-se afirmar que uma GT não se limita a recolher dados e analisá-los para verificar ou falsificar teorias preexistentes, pensadas em outra sede e por outras pessoas, mas constrói criativamente – e rigorosamente – uma teoria a partir dos dados, capaz de explicar os fenômenos pesquisados.

Se a íntima natureza da teoria social que esta metodologia se propõe a alcançar através da investigação empírica é aquele anel de conjunção entre a produção teórica especulativa e a investigação empírica puramente descritiva, quais são as características metodológicas que a distinguem dos outros métodos de pesquisa empírica?

Glaser e Strauss evidenciaram três. Uma teoria enraizada deve aderir aos dados (*fit*), ser relevante (*relevant*) e deve “funcionar” (*work*). A estas, Glaser (1978) acrescentou sucessivamente uma quarta característica, a capacidade de modificar-se (*modifiability*). Vale a pena verificar, no detalhe, essas características que qualificam de maneira original o tipo de teoria que tal abordagem pode oferecer e a distinguem de outros métodos de pesquisa.

- *Aderência aos dados (fit)*. Toda teoria enraizada deve ser adequada, deve corresponder e ser conforme aos dados. Isto significa que não se deve forçar os dados para conformar-se a uma teoria preexistente, nem escolher seletivamente somente aqueles que a esta correspondem. Numa GT as categorias interpretativas que constituem a teoria devem conformar-se aos dados. Esse princípio não vale, obviamente, somente para a GT. Toda pesquisa para ser confiável deve poder satisfazer esse critério. A especificidade da GT, nesse sentido,

está no fato que aqui tal critério não é o fruto de uma escolha ética ou da honestidade intelectual do(a) pesquisador(a) que não ignora de modo desleal os dados que contradiriam as suas categorias nem, o que seria o mesmo, escolhe exclusivamente os dados que concordam com as mesmas. As categorias são enraizadas indutivamente nos dados e, assim sendo, o critério de aderência aos mesmos se aplica automaticamente e os casos negativos, os dados que não concordam, são o sinal de uma falta de saturação das categorias ou se tornam simplesmente o estímulo para ampliar a pesquisa ou para corrigi-la.

- *Relevância (relevant)*. Uma teoria enraizada deve ser relevante para a área de investigação à qual se refere. Isto significa que uma teoria produzida dessa maneira deve respeitar dois critérios: deve ter um *alto poder explicativo* e deve ser *conceitualmente densa*. Não é suficiente, portanto, produzir uma teoria correta no plano formal, empiricamente enraizada, rigorosa, mas cujos êxitos digam pouco respeito à complexidade da situação pesquisada e se limitem à enunciação de simples declarações que talvez já fossem intuitivamente conhecidas por quem trabalha na área. Muitas vezes a pesquisa baseada em um arcabouço hipotético-dedutivo, para poder controlar o processo de pesquisa, reduz as variáveis a serem observadas àquelas poucas que são isoláveis, simplificando de tal modo inevitavelmente a complexidade dos contextos sociais. Mesmo a pesquisa qualitativa (por exemplo, as análises da conversação) muitas vezes focaliza a atenção em microfenômenos, isolando-os para produzir análises rigorosas e extremamente aprofundadas, mas que perdem a capacidade de explicá-los. Com respeito à falta de densidade conceitual, muitas análises qualitativas, mesmo mantendo a complexidade do contexto observado (por exemplo, a etnografia), produzem êxitos descritivos que, por vezes, são conceitualmente planos, privados da espessura e da riqueza teórica que

torna uma investigação relevante e significativa. Contrariamente, a relevância, seja em termos de potência explicativa como de densidade conceitual, é uma característica típica da teoria produzida com esta abordagem, à diferença do que acontece com outras tradições de pesquisa.

- *“Funciona” (it works)*. A alta capacidade de explicação e a densidade conceitual são funcionais à possibilidade de emprego prático da teoria em favor de quem trabalha no campo. Uma teoria *grounded* não pode ignorar as necessidades dos operadores e é chamada a produzir êxitos que sejam significativamente relevantes e, portanto, aplicáveis. A validade prática da teoria não deriva de uma sensibilidade particular do(a) pesquisador(a) às exigências dos operadores. De acordo com esta abordagem, o fato de “funcionar” de verdade é uma característica essencial de uma teoria produzida. Uma GT *funciona* porque explica efetivamente, de modo completo e sistemático, aquilo que acontece em uma determinada área substantiva, e seus êxitos resultam ser claros e, sobretudo, transformáveis em processos de *decision making*, compreensíveis por parte de quem trabalha na área pesquisada. Demasiadas vezes, porém, a pesquisa (mesmo aquela qualitativa) se detém no plano descritivo, oferecendo talvez uma representação cientificamente correta e pontual da realidade investigada, mas de fato privada de qualquer valor de utilidade para os operadores, quase sempre decepcionando suas expectativas. O fato de funcionar é seguramente a principal razão pela qual a GT difundiu-se especialmente entre as disciplinas para as quais, além de análises rigorosas e pontuais, exigem-se da pesquisa resultados que possam ser úteis para os operadores e que podem ser traduzidos em ação. São, sobretudo, aquelas disciplinas constitutivamente práticas – como a sociologia sanitária, a das organizações, a informática, o *marketing*, as ciências da

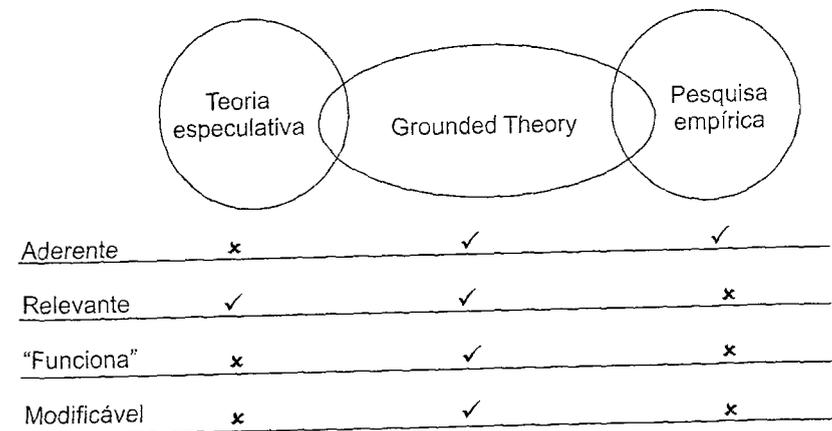
educação – a ter usado de modo profícuo este método, próprio pela aplicabilidade de seus resultados. Se as categorias forem aderentes aos dados, se a teoria produzida for significativa e relevante, então os operadores poderão reconhecer-se nos resultados e estes serão adequados aos contextos nos quais foram gerados. Isto os torna úteis e concretos e, principalmente, será fácil transformá-los em ações e em indicações transformadoras, como uma reorganização empresarial ou a definição de necessidades formativas dos operadores.

- *Modificável (modifiability)*. Uma teoria *grounded* tem a característica de durar no tempo, mas é um processo em contínuo movimento. Nenhuma teoria é fixa, imóvel e pronta uma vez por todas. A emergência de novos dados, novas situações aplicativas, mudanças estruturais ou históricas induzem à modificação constante de uma teoria, mesmo que o processo social de base que constitui o eixo permaneça substancialmente igual. Diferentemente de estudos de estrutura experimental nos quais a reformulação das hipóteses é um processo extremamente engenhoso do ponto de vista conceitual e custoso economicamente, em uma GT é possível modificar muito facilmente as próprias categorias e as relações entre estas, assim como acrescentar novas categorias conforme vão aparecendo novos dados anteriormente desconhecidos. Sobretudo, vale sublinhar que na GT modificar a teoria interpretativa não significa subtrair validade à pesquisa, falsificá-la ou considerá-la superada. O fato que é modificável enfatiza o aspecto dinâmico e processual de uma teoria, que não é desmentida pelo emergir de novos dados precedentemente não contemplados, mas que, ao invés, exige ser ulteriormente desenvolvida na direção indicada pelos novos dados. Por conseguinte, a duração de uma teoria enraizada é muito extensa, mas comporta periódicas intervenções de manutenção para que possa continuar a

ser aderente (*fit*) aos dados que mudam no decorrer do tempo e/ou aplicável a outros contextos, que até então não haviam sido considerados.

Essas características desenham um perfil absolutamente peculiar da teoria produzida através do método da GT que a distingue, por um lado, da atividade teórico-especulativa que gera uma teoria de modo não empírico (que não é aderente e nem sempre é relevante para os operadores) e, por outro lado, da atividade de pesquisa empírica tradicional que pouco espaço concede à elaboração teórica (limitando-se em grande parte a testar ou a especificar a teoria) que, mesmo sendo aderente aos dados, sua aderência é escassa e pouco ou nada útil (cf. Figura 1).

Figura 1
A colocação peculiar da GT e os seus elementos qualificativos



1.4 Os pressupostos epistemológicos

Nos primeiros textos fundacionais da GT não houve uma dedicação especial sobre o panorama epistemológico no qual a nova teoria se inseria. Isto se deve em parte ao estilo pragmático que caracteriza certa sociologia norte-americana que pri-

vilegia os aspectos funcionais e de procedimento sem muita dispersão em especulações teórico-filosóficas, pelo contrário, por vezes chega a considerar estas como meras abstrações inúteis e desviantes. De modo especial, a GT é apresentada como uma abordagem metodológica que nasce da prática da pesquisa. Depois dos estudos inovadores conduzidos em campo por Glaser e Strauss sobre o morrer em hospital, que obtiveram tanto sucesso entre os sociólogos da época, os autores receberam muitas solicitações para escreverem um texto que explicitasse os procedimentos de pesquisa utilizados que, em sua maioria, eram implícitos no texto *Awareness of Dying* (GLASER & STRAUSS, 1965). Assim, por diferentes motivos, nos textos da GT, mas especialmente nos primeiros que foram publicados, não são enfatizados excessivamente os elementos epistemológicos que explicitam as dívidas teóricas que esta metodologia tem com algumas filosofias de pesquisa. Porém, apesar da discussão detalhada sobre as questões teóricas que subjazem à pesquisa ir além dos fins deste livro, é oportuno, no entanto, fazer algumas breves considerações sobre os pressupostos teóricos da GT, deixando para outros textos uma discussão mais aprofundada relativamente aos paradigmas sociológicos nos quais esta se inscreve (STRATI, 1997; CHARMAZ, 2000).

Observando mais de perto, a falta de uma explícita epistemologia de referência pode representar um limite, e historicamente foi isto que aconteceu, enquanto sem epistemologia de referência a GT foi, no decorrer do tempo, objeto de um interminável debate entre os adeptos de diferentes abordagens, apoiando-se em diferentes paradigmas de pesquisa: positivista, construtivista, interacionismo simbólico que levaram a uma progressiva erosão do método (STERN, 1994; GRECKHAMER & KORO-LJUNGBERG, 2005).

Entretanto, alguns antecedentes epistemológicos da GT, apesar de nem sempre serem claramente explicitados, podem ser identificados. O que se pode evidenciar são, especialmente, as principais dívidas teóricas que esta metodologia assumiu a respeito de algumas filosofias de pesquisa.

Simplificando um pouco, pode-se afirmar que suas referências teóricas, como será apresentado detalhadamente no próximo capítulo, são estritamente ligadas à diferente formação e aos diversos percursos teórico-metodológicos que os dois fundadores percorreram. De um lado, a tradição de rigor analítico de marca positivista, que caracterizava a abordagem sociológica da Escola da Columbia University, onde se formou Barney Glaser; do outro lado, a tradição pragmática e ligada à pesquisa de campo, própria da Escola de Chicago, onde se formou Anselm Strauss.

Sintetizando extremamente, podem-se explicar três premissas epistemológicas, às quais pode ser acrescentada uma quarta que não representa um antecedente direto, mas que poderia constituir um referencial teórico e um panorama epistemológico sólido e atual.

- Um *paradigma sociológico quantitativo* que muito deve a Paul Lazarsfeld, professor de Glaser na Columbia, que imprime à GT, assim chamada “clássica”, àquela hipoteca de realismo, de objetivismo positivista da qual, recentemente, com esforço, busca liberar-se. A ideia de “descoberta” de uma teoria, a formalização sistemática dos métodos e dos procedimentos, a ideia de rigor e a referência explícita também aos métodos quantitativos e estatísticos na GT advêm dessa filiação epistemológica.

- A filosofia do *pragmatismo*, que tanto influenciou a escola sociológica de Chicago e seus pioneiros estudos de cam-

po, protoetnográficos, desde os anos de 1920 (PARK & BURGESS, 1921). A influência do pragmatismo é indireta, filtrada através das metodologias inovadoras da Escola de Chicago e sua influência sobre o interacionismo simbólico. Cabe ressaltar que o nexos entre teoria e prática, as afirmações sobre o poder de uma teoria de intervenção e de transformação das práticas têm explícitas referências à filosofia de John Dewey, um dos poucos filósofos explicitamente citados por Glaser e Strauss em seu trabalho fundacional.

- O *interacionismo simbólico*. Este é sem dúvida o principal quadro teórico de referência da GT, não obstante Glaser atualmente ainda não o reconhecer (GLASER & TAROZZI, 2007), mutuado, sobretudo, através das aulas do professor Robert Blumer (1969) na Escola de Chicago. Seu pressuposto é que os seres humanos são animais simbólicos, que produzem sua própria cultura e interpretam a própria história através de arcabouços simbólicos (MEAD, 1972 – ed. orig., 1934). Aqui a centralização sobre os processos de atribuição de significado na ideia e na prática da pesquisa. A análise social e psicossocial se focaliza nos modos através dos quais os sujeitos dão significado ao mundo em que vivem. Mas a atribuição de significado ao mundo não é um processo individual, um mero produto da consciência, ao contrário, acontece sempre por meio de interações entre os sujeitos. Portanto, a sociedade, a realidade social e também a ideia de si são construídas socialmente através da interação. Aqui a centralidade que a análise da linguagem assume nas análises inspiradas nesta abordagem teórica, porque exatamente na linguagem se constroem os significados individuais e sociais e estes se manifestam na ação. Outro elemento próprio do interacionismo simbólico é a atenção aos processos subjacentes às redes de significado que caracterizam o mundo social. A atenção heurística

não acontece sobre fenômenos estáticos, mas sobre sua constante evolução, seus processos de transformação, seus mecanismos (que nunca são rígidos nem estruturais, mas construídos na interação), os quais regulamentam o desenvolvimento e a mudança dos fenômenos. Disto decorre um tema central, que muito deve à sociologia de Simmel: o interacionismo simbólico busca os elementos invariáveis, as formas de vida social que estão atrás das redes de significado, dos processos de mudança, das interações entre os sujeitos. A ideia de que a pesquisa possa levar a identificar o processo social de base subjacente aos fenômenos e elabore uma teoria geral (formal) capaz de integrar várias teorias locais (substantivas), ligadas a contextos específicos, encontra um fundamento também no interacionismo simbólico. O volume de Glaser e Strauss *Status Passage* (1971) é fortemente influenciado pela abordagem teórica do interacionismo simbólico no momento em que busca fundar uma teoria formal global da mudança de *status* social em diversas situações empíricas, encontrando, em contextos muito diferentes entre si, uma teoria interpretativa comum e desenvolvendo algumas categorias transversais que têm significado para todos os contextos de passagem de *status* considerados.

- A *fenomenologia* não pode ser considerada um antecedente direto da GT, a não ser de maneira remota e indireta; contudo, em certas condições, pode constituir um panorama epistemológico atual para esta abordagem. De fato, valeria a pena explorar mais profundamente o quanto se pode fazer nesta seção, as relações possíveis que ligam GT e fenomenologia (TAROZZI; GRIS & MAZZONI, 2006), pois esta poderia constituir um paradigma de referência capaz de fundamentar, no plano epistemológico, um tipo de rigor metodológico alternativo àquele positivista, principalmente porque pode fornecer uma clara teoria da experiência que se adapta

bem à perspectiva epistêmica da GT e, de modo mais geral, um estilo de pensamento denso de implicações para a prática deste tipo de pesquisa.

PARA RESUMIR

- A essência da natureza específica da GT, que se pode considerar, seja como método, seja como metodologia de pesquisa, foi explorada por diversos planos paralelos.
- A definição geral de GT foi analiticamente apresentada e seus elementos singularmente desviscerados.
- Foram apresentadas as características do método, suas verdadeiras “marcas registradas” que qualificam a originalidade da abordagem do ponto de vista dos procedimentos operativos e dos pressupostos metodológicos que o fundamentam.
- A GT é o anel de conjunção entre as abordagens especulativas de produção teórica e a pesquisa de campo rigorosa. Colocar-se nesse espaço intermédio permite à GT ter, em um grau máximo, quatro características que representam, em modo especular, os pontos de força e os limites dos dois extremos da polarização: aderência aos dados, relevância, capacidade de “funcionar” e habilidade de modificar-se no tempo.
- Os *pressupostos epistemológicos* da GT podem ser rastreados em três referenciais teóricos diretos – o paradigma sociológico quantitativo, o pragmatismo e o interacionismo simbólico – aos quais se acrescenta outro, indireto: a fenomenologia.

2

O CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 Uma pequena revolução sociológica

A publicação do livro de Glaser e Strauss dedicado ao estudo da consciência sobre o morrer em contextos hospitalares da Califórnia (GLASER & STRAUSS, 1965) foi um sucesso enorme, mesmo internacionalmente. Tal texto, que além do mais conserva ainda hoje grande parte de sua atualidade, chamou a atenção de especialistas e de profissionais pela profundidade da análise e a capacidade de elaborar uma teoria compreensiva sobre um tema até então pouco investigado e, sobretudo, pouco estudado com instrumentos qualitativos.

A pesquisa apresentou-se inovadora pelo conteúdo, pelo método e pelas criativas conexões entre ambos. Na sociologia médica de então era inovador enfrentar o tema da experiência de morrer em hospital, nas suas implicações sociais, psicológicas e existenciais. Além do mais, considerada a natureza do tema, os métodos consolidados da pesquisa sociológica, como a investigação (*survey*), dificilmente poderiam chegar a interceptar a intensidade, a profundidade e a dramaticidade de uma experiência desse tipo, que é algo socialmente ocultado e que tende a ser removido das práticas cotidianas. Para elaborar os processos que o morrer desencadeava em contextos hospitalares, fazia-se necessário ir a campo para recolher da-

dos densos, ricos, profundos. Logo, a opção por uma abordagem qualitativa no campo representava uma escolha inovadora, que era ao mesmo tempo necessária para enfrentar adequadamente o tema do morrer em hospital. O grupo de pesquisa guiado por Glaser e Strauss conduziu uma série de observações em vários departamentos de muitos hospitais, principalmente na Califórnia (mas algumas observações foram conduzidas também em hospitais no exterior), onde as dinâmicas da consciência do morrer eram mais evidentes, e conduziram entrevistas em profundidade e longas conversações informais sobre as modalidades, os tempos, as circunstâncias em que a equipe médica e os pacientes terminais comunicavam a notícia da morte iminente e como esta era gerenciada ou ocultada do pessoal da enfermagem, dos pacientes e das famílias. Extraíram uma teoria original que dava conta de explicar sistematicamente a organização social e a estruturação temporal desencadeadas pelos processos do morrer e das trocas comunicativas e omissões sobre este tema que aconteciam entre médicos, enfermeiros e pacientes.

O método era novo. Havia sido criado no campo para responder às específicas exigências de uma necessidade de pesquisa ampla (que não podia ser reduzida), difícil (que não dava para simplificar) e incômoda (mas digna de ser explorada): o que acontece nos contextos hospitalares quando um paciente está para morrer?

O sucesso e o reconhecimento científicos imediatos que aquele livro obteve deram fôlego e coragem a quantos conduziam pesquisas qualitativas e tinham que se confrontar cotidianamente com a frustração de não ver reconhecido o fruto do próprio trabalho, considerado impressionista e subjetivo, o que significava que era, fundamentalmente, não científico. Por isso foram muitos os que pediram com insistência aos dois sociólogos de São

Francisco para desenvolverem os detalhes metodológicos da abordagem que tinham adotado ao conduzir a pesquisa, seja para demonstrar a cientificidade de suas conclusões à suspeitosa comunidade científica dos sociólogos, seja, sobretudo, para legitimar o trabalho sucessivo de tantos pesquisadores qualitativos. *The Discovery of Grounded Theory* foi a resposta a essa solicitação crescente (GLASER, 1998). Para compreender as razões do insistente pedido de legitimação que provinha dos pesquisadores qualitativos naquele tempo e a força inovadora da resposta é necessário voltar, mesmo brevemente, ao clima que caracterizava os departamentos de ciências sociais nas universidades norte-americanas nos anos de 1960.

Naquela época, a pesquisa sociológica ou era quantitativa, ou não era. Os métodos qualitativos se movimentavam em terrenos totalmente marginais e secundários. Deve-se considerar, porém, de maneira especial, que a reflexão sobre metodologia de pesquisa pertencia exclusivamente à pesquisa de tipo quantitativo e estatístico. Falar de metodologia da pesquisa significava falar de estatística. Não é que faltassem pesquisas qualitativas. A Escola de Chicago, com Robert Park e Ernst Burgess (PARK & BURGESS, 1921), era ativa desde o final dos anos de 1920, e havia produzido uma grande quantidade de estudos qualitativos em pesquisa de campo, mas, apesar de ser praticada também sucessivamente, a pesquisa qualitativa não podia contar com manuais sérios e rigorosos que formalizassem os procedimentos (GOBO, 2005). Neste sentido, Giampietro Gobo observou como *The Discovery of Grounded Theory*, que tem como eloquente subtítulo *Strategies for Qualitative Research*, é “comumente reconhecido como a primeira contribuição articulada de metodologia qualitativa” (p. 69).

Hoje pode-se afirmar que parte do sucesso daquele livro deve-se também à particular conjuntura histórica na qual viu a

luz. Aquele primeiro texto de metodologia da pesquisa qualitativa foi publicado exatamente no momento da maior crise de legitimação das abordagens qualitativas e no período talvez mais feliz das metodologias quantitativas nas ciências sociais. Mas o sucesso do livro (e da metodologia) obteve manifestação tardia. Barnet Glaser escreverá, trinta anos mais tarde, que o livro deles havia sido publicado com 15 ou 20 anos de antecedência (GLASER, 1998): o livro não passou despercebido, mas o verdadeiro sucesso veio mais tarde, quando o método contido no livro começou a ser aplicado com sucesso por outros estudiosos (GLASER & TAROZZI, 2007).

Na Itália, a GT chegou ainda muito tempo depois, no final dos anos de 1990, junto com diversas outras pesquisas em âmbito qualitativo (BRUNI & GOBO, 2005). Sílvia Gherardi e Antonio Strati foram pioneiros nesse sentido, produzindo um expressivo número de estudos utilizando este método (GHERARDI & TURNER, 1987; GHERARDI, 1990; STRATI, 1997)¹.

Quando saiu o livro de Glaser e Strauss, a pesquisa qualitativa estava fortemente em crise, deslegitimada e incompreendida por razões internas, mas, sobretudo, externas. Internas, pela tendência um pouco anárquica, assistemática e refratária à formalização dos procedimentos por parte de muitos pesquisadores qualitativos. Externas, pela crítica que o para-

1. No Brasil, desde meados dos anos de 1990, encontram-se artigos que citam a *Grounded Theory*, especialmente em periódicos e em publicações que se referem a eventos científicos, sobretudo nas áreas de enfermagem e de administração. Um dos textos mais notáveis é a tese doutoral de Fatima Cristina Trindade Bacellar – *Contribuições para o ensino de marketing: revelando e compreendendo a perspectiva dos professores*, 2005, pelo Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, no qual a autora usa a *Grounded Theory* como metodologia para “a condução do trabalho e para a análise dos dados” (p. 117) [N.T.].

digma positivista dominante apresentava à cientificidade dos métodos qualitativos. O paradigma dominante nas ciências sociais era aquele empírico-positivista (LINCOLN & GUBA, 1985), que pressupunha uma ontologia realística, um conhecimento objetivo, um pesquisador separado do contexto e atento a não poluir suas revelações com juízos preelaborados e preconceitos. Da pesquisa científica em âmbito social eram esperados êxitos nomotéticos (isto é, capazes de entender e elaborar leis universais), generalizáveis, à condição de terem construído uma amostra estatisticamente representativa da população estudada. Uma vez que os métodos eram confiáveis, as pesquisas conduzidas com os mesmos métodos e as mesmas condições teriam produzido os mesmos resultados. A transformação dos dados em medidas quantificáveis permitia a aplicação da elaboração estatística e, logo, garantia absoluta de cientificidade aos resultados.

Com essa ideia prevalente de conhecimento científico, sobrava pouco espaço de reconhecimento para aquelas pesquisas que privilegiavam a qualidade sobre a extensão, a significância sobre a confiabilidade, a produção de teoria sobre a verificação experimental das hipóteses. Estas estavam simplesmente fora da sociologia como “ciência normal”, a que praticava o paradigma científico dominante (KHUN, 1969) e às margens da comunidade científica que nesse paradigma se reconhece e por ele é legitimada. A principal razão do ostracismo a respeito das abordagens qualitativas era ligada especialmente ao fato de que estas não eram capazes de produzir análises de dados sobre a base de procedimentos analíticos que fossem confiáveis e válidos ao menos quanto o eram as sofisticadas elaborações matemáticas sobre as variáveis que a pesquisa quantitativa oferecia.

Neste contexto a GT, como texto de metodologia de pesquisa qualitativa, desafiando abertamente muitos dos assuntos do paradigma positivista, legitimava métodos alternativos de pesquisa social e de análise qualitativa sistemática. Precedentemente, nos relatórios de pesquisa qualitativa, dedicava-se pouco espaço à explicação sobre o *como* os autores haviam elaborado a análise sistemática de enormes quantidades de dados. Tais métodos, que também muitas vezes seguiam critérios de rigor científico, não eram explicitados, não seguiam procedimentos sistemáticos e formalizados, configurando-se mais como saberes artesanais, construídos com a experiência de lentas e pacientes imersões no campo ou aprendidos através da supervisão de mestres que acompanhavam o trabalho dos próprios estudantes. Uma tradição implícita e oral que, pela primeira vez, era formalizada e tornava-se acessível a todos e todas.

Enfim, a “pequena revolução sociológica” de Glaser e Strauss ia em duas direções (CHARMAZ, 2000): *a*) desafiava o paradigma sociológico dominante e *b*) oferecia indicações concretas para a pesquisa. A medida da originalidade do desafio lançado pela GT emerge se, a essas duas, acrescentam-se algumas características inovadoras e peculiares do método, evidenciadas no capítulo precedente: a possibilidade de produzir teoria pela pesquisa empírica e todas suas implicações no plano dos procedimentos.

2.2 A separação de Strauss e Glaser

No ano de 1991, as relações entre Anselm Strauss e Barney Glaser ficaram gravemente comprometidas, como mostra uma animada troca de correspondências entre os dois (apud GLASER, 1992). Glaser afirmou que a publicação de Strauss

junto com Corbin *Basics of Qualitative Research* “destorce completamente, se não até mesmo destrói, nossa concepção comum da *Grounded Theory*” (GLASER, 1992: 1) e chega até a exigir a retirada do volume.

Quais eram as razões para uma disputa tão violenta? Quais os mal-entendidos tão graves assim que o livro de Strauss estaria trazendo que teriam “destruído o conceito mesmo de GT”? Muito além da polêmica pessoal sobre a qual tem pouco sentido escavar nesta seção, é interessante explorar as razões teórico-metodológicas da divisão entre os dois cofundadores que, no decorrer do tempo, deram origem a duas abordagens diferentes, ainda mais, a duas verdadeiras escolas.

As razões da divisão não devem ser buscadas, a não ser muito indiretamente, na diferente formação de Glaser e Strauss. Como acenado no capítulo anterior, a GT se coloca na confluência entre duas das mais importantes tradições sociológicas norte-americanas do Novecentos. Por um lado, a Escola de Chicago com sua tradição de estudos qualitativos de campo, influenciada pelo pragmatismo; por outro, a escola realista da Columbia University de Nova York e as aulas do grande professor de metodologia Paul Lazarsfeld. A isto acrescenta-se, sobretudo na Escola de Chicago, a influência do interacionismo simbólico e de sua visão da realidade como construção simbólica, o que significava, na realidade empírica, fixar a atenção nas interações e no significado simbólico do agir cotidiano. Por conseguinte, por um lado, o rigor analítico, a exigência racional da ordem metódica, a definição de procedimentos para realizar, no campo qualitativo, aquele mesmo trabalho de sistematização metodológica que Lazarsfeld havia realizado no campo quantitativo; por outro lado, o trabalho de campo, a abertura à experiência, a atenção aos arcaouços simbólicos, a flexibilidade das práticas de pesquisa.

Mas não é a distância entre os *background* teóricos dos dois fundadores a desencadear a disputa entre Glaser e Strauss que, ao invés, aconteceu em um plano diferente. A causa desencadeadora foi a publicação, em 1990, do volume *Basics of Qualitative Research. Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*, escrito a quatro mãos por Strauss e uma sua jovem assistente, Juliet Corbin (STRAUSS & CORBIN, 1990, 1998). Esse livro, que teve e ainda tem enorme sucesso, havia sido pensado para oferecer aos estudantes universitários um manual prático para conduzir uma GT. Cada passagem é descrita em modo extremamente pontual e técnico, fornecendo aos leitores do mundo inteiro um guia concreto e muito preciso.

São fundamentalmente três as principais críticas que Glaser fazia quanto à visão de GT apresentada no livro. Ele a considerava tão distante, que deu à obra outro nome: “Descrição conceitual plena” (*full conceptual description*).

- Enfatizar excessivamente os aspectos técnicos do método, o que representa a principal razão do sucesso do livro, amarra-o a procedimentos que terminam por ser demasiadamente rígidos. Por exemplo, detalhar tecnicamente as várias fases da codificação, aberta, depois axial e enfim seletiva, denominando as primeiras etiquetas, depois unindo-as para identificar categorias e macrocategorias, para Glaser, não somente é um exercício chato e fundamentalmente inútil, mas é até mesmo um perigoso tecnicismo, que inibe a livre comparação entre conceitos dos quais, e somente dos quais, pode emergir a intuição de categorias e de propriedades, podendo contar com o poder analítico do(a) pesquisador(a) e não sobre artificiosos estratagemas técnicos (GLASER, 1992: 43).

- Além disso, Strauss e Corbin, na busca por um distanciamento dos excessos de empirismo implícitos na abordagem de

Glaser – que quer “descobrir” modelos (*patterns*) constantes, escondidos nos dados fatuais para identificar o processo social de base – deslocam consideravelmente o método na direção da verificação de hipóteses, mais do que no sentido de gerar uma teoria. Por exemplo, na visão de Glaser, deve-se abordar a área da investigação com uma pergunta de pesquisa muito aberta (*what's going on here* – “o que está acontecendo aqui”), que vai ser esclarecida a seguir, no decorrer dos primeiros passos de coleta e análise de dados, questão esta que, todavia, nunca pode ser expressa em uma única proposição clara, antes do acesso aos dados. Ao invés, para Strauss e Corbin, a pergunta da pesquisa, que é sempre possível expressar através de um quesito específico com o qual entende-se interrogar o fenômeno a ser estudado, é fundamental para reduzir o tema da pesquisa aos limites de uma questão que se possa gerenciar e, logo, nos limites de um projeto concretamente atuável (GLASER, 1992, cap. 4; STRAUSS & CORBIN, 1998, cap. 4).

- Porém, a maior crítica de Glaser, que resume as duas precedentes, consiste no fato de que as técnicas propostas por Strauss e Corbin forçam a análise para dentro de categorias pré-constituídas, traindo em tal modo um dos pontos nodais que definiam a essência mesma da GT como metodologia. Por exemplo, para facilitar a aplicação do método nas fases mais teóricas de codificação (que Strauss e Corbin chamam de axial e seletiva), em que o trabalho de conceituação se faz mais sofisticado e complexo, são apresentados alguns instrumentos, definidos *a priori*, que ajudam o(a) pesquisador(a) a definir analiticamente as características das categorias interpretativas emergentes. Mas com o objetivo de favorecer a aplicação concreta do método, fecham-se os dados e as categorias em quadros rígidos e pré-constituídos como condições, conse-

quências, dimensões, subcategorias e propriedades que, ao contrário, deveriam emergir dos dados. O resultado é um método descrito detalhadamente, que permite encontrar nos dados as evidências empíricas que podem confirmar a hipótese de origem, já implicada na pergunta da pesquisa (ou, raramente, desmentida), mas não permite permanecer abertos aos dados, em escuta, deixando emergir aquilo que os dados efetivamente dizem.

Além desses três principais motivos de divisão, os dois autores deram origem, no tempo, a abordagens diferentes que fornecem diversas leituras das mesmas noções utilizadas no texto fundacional (amostragem teórica, codificação, processos, categoria central etc.) e nomeiam de modo diferente passagens de procedimentos mais específicos. A tal ponto que atualmente pode-se falar de uma *abordagem glaseriana* ou *“clássica”* à GT, cujos procedimentos operativos foram esclarecidos no texto *Doing Grounded Theory* de 1998, e de *abordagem de Strauss e Corbin* (agora somente de Corbin, depois da morte de Strauss em 1996) codificada em suas técnicas e seus instrumentos metodológicos no *best-seller* citado (STRAUSS & CORBIN, 1990) e na segunda edição de 1998 (em 2007 saiu a 3. ed.: CORBIN & STRAUSS, 2007).

2.3 Desenvolvimentos sucessivos da GT

Nos últimos 40 anos, desde a publicação do texto inaugural da GT, algo inusitado aconteceu nas ciências sociais, que os dois fundadores, para além de suas diferenças específicas, não podiam com certeza prever: a reviravolta interpretativa nas ciências sociais e o clima pós-modernista.

A perspectiva interpretativa e construtivista nas ciências sociais colocou seriamente em crise o paradigma positivista,

delineando uma ontologia, uma teoria do conhecimento, uma ideia de ciência diferentes e alternativas àquelas expressas pelo empirismo positivista (LINCOLN & GUBA, 1985; MORTARI, 2007).

Por ironia da sorte, a GT, a partir dos anos de 1990, adquiriu crédito fora da comunidade dos pesquisadores sociais qualitativos. Isto se deve até mesmo a seu rigor e à adoção, dentro das metodologias qualitativas, de um arcabouço coerente com aquele mesmo positivismo que havia contribuído significativamente a colocar em discussão.

De fato, em ambas “escolas” da GT clássica apontam-se alguns traços positivistas.

- *Ontologia objetivista.* A mesma ideia que uma teoria possa ser “descoberta” (*discovered*) pressupõe uma visão realista dos fenômenos que são objeto de investigação, na qual os objetos do conhecimento existem no mundo, prescindindo da presença dos sujeitos que os percebem.

- *Epistemologia positivista.* Os objetos da realidade podem ser conhecidos objetivamente com adequados instrumentos heurísticos porque correspondem a uma verdade objetiva.

- *Correspondência teoria-realidade.* O fato que, depois, pode-se elaborar também (com métodos replicáveis) teorias que podem se exprimir através de modelos racionais, é porque existiria um “isoforismo ao quadrado”, seja entre os dados de pesquisa e os fenômenos pesquisados (governados por leis mecânicas), seja entre estes e a teoria racional que os expressa.

- *Separação entre o pesquisador e o seu objeto.* O(a) pesquisador(a) é um(a) descobridor(a) que colhe as dinâmicas subjacentes aos fenômenos visíveis, é capaz de controlar e de reduzir a própria “poluição” dos dados e de produzir uma teoria substantiva ou formal que corresponde à realidade objetiva.

- *Capacidade de ser generalizada.* As teorias produzidas têm um alto poder de generalização porque tratam sobre a verdade de um fenômeno e identificaram seus antecedentes e os nexos causais.

Não obstante não se possa classificar a metodologia da GT entre as abordagens totalmente positivistas (que a GT criticou expressamente), no entanto esta é influenciada pelo paradigma prevalente na época histórica de seu surgimento. A partir dos anos de 1990, o paradigma subjacente a esta visão do conhecimento científico foi fortemente colocado em discussão nas ciências sociais (e não só) em favor de uma visão alternativa na qual o sujeito que conhece (aqui o(a) pesquisador(a) é considerado(a) um(a) coconstrutor(a) ativo(a) da realidade que se pretende descrever objetivamente. Não existe a objetividade no conhecimento científico, existem suas interpretações. A crise da racionalidade moderna e o repensar a epistemologia que acompanharam as revoluções científicas da Modernidade levaram, na última década do século XX, à emergência de perspectivas teóricas que colocaram duramente em crise os paradigmas consolidados, dentro de um espectro que vai das posições extremas e radicais que declararam o fim da possibilidade mesma de um pensamento científico, junto com as grandes narrativas do Novecentos, até posições mais moderadas que buscam refundar novas formas de rigor científico para a pesquisa empírica, alternativas ao rigor de tipo positivista.

Neste contexto, coloca-se a tentativa de uma nova geração de estudiosos e estudiosas que tentaram repensar a GT à luz das novas perspectivas das ciências sociais (BRYANT, 2003).

Adele Clarke (2003, 2005) e, sobretudo, Kathy Charmaz (2000), que desenvolveu também implicações práticas (CHARMAZ, 2006), percorreram essa estrada e vale a pena apresen-

tar as abordagens delas que, nos albores do terceiro milênio, permitiram refundar novamente essa metodologia, tentando emancipá-la de alguns resíduos positivistas, mas recuperando ao mesmo tempo e revitalizando os aspectos inovadores que prevalecem muito mais. Assim, para evitar que esta leitura da GT caia nas formas de relativismo anticientífico que caracterizaram as posições mais extremas do Pós-modernismo, a referência à fenomenologia como paradigma, à qual o capítulo precedente dedicou breves referências, emerge como mais adequada à valorização do realismo não objetivista que caracteriza essa abordagem.

2.3.1 *GT construtivista*

A partir do reconhecimento dos assuntos positivistas delineados acima, Kathy Charmaz, que foi aluna de Glaser, propôs uma interpretação da GT em chave construtivista que aceita (parcialmente) um certo relativismo do conhecimento, o qual deriva de uma concepção da realidade múltipla e plural. A GT construtivista assume que o conhecimento é fruto de uma construção recíproca entre o(a) pesquisador(a) e os sujeitos da pesquisa e põe, portanto, no centro da investigação como dados da pesquisa, mais do que os fatos, a dimensão do significado.

Uma GT construtivista, que se distancia intencionalmente dos próprios resíduos positivistas e consente um novo dinamismo à pesquisa qualitativa contemporânea, é possível com a condição de: *a)* utilizar as próprias indicações de procedimentos de modo flexível e não como rígidas prescrições; *b)* colocar ao centro da análise os significados que favorecem uma compreensão interpretativa; *c)* utilizar as estratégias propostas pelos fundadores da GT sem assumir os assuntos positivistas (CHARMAZ, 2000).

Uma GT construtivista parte do pressuposto que o(a) pesquisador(a) não é capaz de “descobrir” uma teoria que se encontra escondida em uma realidade entendida objetivamente, nem que tal teoria representa uma Verdade com o V maiúsculo e, desse modo, seja generalizável e seus procedimentos replicáveis incondicionalmente. Ao contrário, o conhecimento é fruto de uma coconstrução entre pesquisador(a) e sujeitos, e isto implica para a GT algumas consequências, sintetizadas a seguir, das quais os próximos capítulos tratarão as aplicações concretas.

- O(a) pesquisador(a) é inevitavelmente parte do processo que observa. Não pretende colocar-se como observador(a) neutral, mas assume também o próprio ponto de vista como dado de pesquisa, apesar de buscar distinguir os dados que são produzidos pelos fatos observados daqueles que são suas próprias representações, percepções, juízos.
- Os dados não são “coletados”, mas produzidos. Mais do que “coleta” de dados, termo que imediatamente faz lembrar a imagem de um(a) pesquisador(a) que aferra objetos já presentes diante de si, apesar de ser um termo prevalente no uso comum, prefere-se usar o termo “construção” ou “geração” de dados.
- Os “dados” mais ricos que são utilizados não são “fatos”, mas são sobretudo os *significados* que especiais sujeitos atribuem àqueles fatos. Em particular, são pesquisados os *significados tácitos* (*tacit meanings*) atribuídos aos fatos, eventos, relações, dos quais os mesmos sujeitos não têm consciência, mas que os guiam em suas ações.
- As relações interpessoais entre pesquisador(a) e participantes é fundamental. Isto não só por razões éticas (por mais que estas sejam de extrema importância), mas também

por uma indicação metodológica que torna os pontos precedentes viáveis.

- O(a) pesquisador(a) é indistinguível dos mecanismos analíticos com os quais elabora-se os significados emersos do campo. O trabalho de negociação de significados não acontece somente na geração de dados empíricos, mas igualmente em outro nível, no processo de análise.
- Tais mecanismos devem permanecer flexíveis, nunca rígidos, para não arriscar de trancar a realidade dentro de grades produzidas pelos mesmos instrumentos utilizados para a análise. A definição de categorias deverá ser flexível e ativa, sem utilizar denominações que fecham e tornam objetos os fenômenos que exprimem, mas termos que sejam aderentes aos mesmos e que mantêm conformidade com a experiência.
- As relações entre as categorias elaboradas não são definitivas uma vez por todas e são sempre complexas e multidimensionais. Por conseguinte, não se identificam nexos causais definitivos entre estas, pois é preferível desenvolver os significados assumidos por tais categorias em várias circunstâncias e os significados atribuídos a estas pelos sujeitos interessados.
- O texto final é parte integrante da análise e a busca por uma prosa clara, comunicativa e até mesmo prazerosa não representa um traço estético dispensável nem, menos ainda, um limite anticientífico, mas constitui um ulterior âmbito de construção teórica.

Enfim, mesmo a perspectiva construtivista não é privada de limites. Houve quem evidenciasse, por exemplo, que esta seja implicitamente autocontraditória (GRECKHAMER & KORO-LJUNGBERG, 2005) ou represente uma mera declaração de princípio, privada de aplicação coerente em suas prá-

ticas. De fato, não é claro como se pode definir propriamente construtivista um método que estabelece *a priori* etapas analíticas detalhadas e fornece indicações particularizadas para a condução de entrevistas semiestruturadas, uma vez que desse modo se reduz drasticamente o espaço para a coconstrução de dados, que deveria implicar ativamente os participantes na elaboração dos significados *construídos* através do intercâmbio entre estes e os pesquisadores.

2.3.2 *Situational analysis*

É esta a denominação que Adele Clarke (2003, 2005) deu ao próprio método de análise que desenvolve e faz evolver a GT, de acordo com a reviravolta pós-moderna nas ciências sociais. Aluna de Strauss e ainda hoje docente junto ao departamento de Ciências Sociais da Universidade da Califórnia em São Francisco, Clarke propõe remodelar a GT dentro de um quadro de referência pós-estruturalista e feminista, que muito deve à leitura norte-americana de Foucault. A *situational analysis* amplia ulteriormente a base de dados utilizáveis numa GT, seja inserindo as práticas discursivas que constituem a realidade social, seja os dados materiais, o não humano, aos quais acrescenta-se uma atenção particular para fazer emergir a voz dos marginalizados, dos excluídos do discurso social dominante.

É sobretudo nos procedimentos de análise que essa abordagem revela interessantes elementos de novidade. Clarke propõe ampliar a análise tradicional do processo social de base através da construção de mapas analíticos de complexidade crescente. Em particular, são propostos três tipos de mapas: situacionais, do mundo ou das arenas sociais e mapas posicionais. Trata-se de um uso particular do diagrama como instrumento de análise (cf. seção 6.2) para integrar temas e concei-

tos e consentir uma ordem conceitual através da definição de vários tipos de relações. Uma ordem que mantém a complexidade do fenômeno não o reduz a mero processo social de base, assume também as pré-compreensões do(a) pesquisador(a) e traduz em mapas conceituais os elementos estruturais que limitam e condicionam a situação estudada como os elementos individuais, não humanos, culturais, políticos, discursivos, históricos etc. Resulta num quadro sociológico mais amplo, talvez menos *grounded*, porque as dimensões situacionais são indicadas *a priori*, mas certamente a *situational analysis* é mais aberta às dimensões macrossociais como o poder, a hegemonia, o feminismo, o racismo, que faltam na GT clássica (McDONALD, 2001) e no interacionismo simbólico (DENZIN, 1992), consentindo uma leitura crítica da sociedade.

As três abordagens apresentadas aqui não pretendem estabelecer qual seja a mais correta. O que se quis foi mostrar as articulações que o método assumiu nos últimos quarenta anos, sem indicar alguma forma de primogenitura, nem estabelecer alguma ortodoxia metodológica a ser respeitada. Pelo contrário, apesar da abordagem apresentada neste volume ser amplamente influenciada pela recente reelaboração construtivista, é partilhável a posição de Kathy Charmaz (2006: 9) segundo a qual a GT é um conjunto de princípios e de práticas de pesquisa que não devem ser assumidas em bloco, como um *package* (GLASER, 1998), nem como detalhadas prescrições às quais seguir escrupulosamente, mas como um conjunto assistemático e flexível de indicações de procedimentos que, porém, devem ser recebidos dentro de um quadro epistemológico original que o distingue das demais metodologias qualitativas, sem pretensões, todavia, de superioridade com respeito às outras.

Tabela 1

Confronto entre as principais escolas de GT

	GT clássica	GT <i>full conceptual description</i>	GT construtivista
	Glaser	Corbin	Charmaz
Pergunta de pesquisa	Não é uma afirmação que identifica o problema a ser estudado. É impossível de defini-lo antes de ir para campo (inicia-se de modo aberto a partir de uma área de investigação).	É uma afirmação que identifica claramente o problema a ser estudado. Consente restringir e gerenciar a área de investigação.	Não existe. Os conceitos sensibilizantes (Blumer), interesses pessoais e disciplinares iniciam a pesquisa.
Tipo de dados	" <i>All is data</i> ".	Indiferente, sobretudo observações.	Entrevistas semiestruturadas e análise textual. Coconstrução de dados.
<i>Core category</i>	Emerge quase magicamente e é intuída improvisadamente no início ou no fim de uma pesquisa.	Fazê-la emergir requer fortes manipulações de dados. Não existe uma única <i>core category</i> .	Existe uma <i>core category</i> prevalente.
Tipos de codificação	Substantiva teórica.	Aberta, axial, seletiva.	Inicial, focalizada, axial, teórica.

PARA RESUMIR...

• Uma referência ao contexto histórico no qual a GT viu a luz é útil para compreender as razões de sucesso (mesmo tardio) do método e o sentido da inovação que este trouxe dentro das metodologias de investigação nas ciências sociais.

• Originariamente a GT desafia o paradigma positivista dominante, mas permanece emaranhada em alguns de seus assuntos. A reviravolta interpretativa dos anos de 1980 e 1990 colocou em luz seus resíduos positivistas e levou à reformulação da GT em chave construtivista.

• Após o conflito de visão metodológica que se criou entre os dois fundadores da GT e do qual foram apresentados brevemente os traços principais, delineiam-se três principais linhas ou "escolas" que o método assumiu nos últimos anos: *a*) abordagem clássica (Glaser); *b*) abordagem *full conceptual description* (Strauss e Corbin); *c*) abordagem construtivista (Charmaz), dos quais foram apresentadas as principais diferenças.

O PROCESSO DA GT

3.1 A viagem da GT

Viajar não é simplesmente movimentar-se de um lugar para outro. É algo mais do que simples deslocar-se, movimentar-se, andar. É nesta ulterioridade que a metáfora da viagem exprime bem o processo da GT, pois tem em si o explorar, a maravilha, a curiosidade, o esforço, a aventura, a incerteza, a desorientação, o risco. Talvez hoje já não traga a ideia de descoberta: fazer GT é uma viagem que lembra mais um estilo à Chatwin que uma exploração do tipo Amundsen. Com a reviravolta interpretativa e pós-moderna, a viagem da GT talvez seja menos aventureira e extrema, mas mais consciente, reflexiva e atenta a cada paisagem, aos companheiros de caminho, à memória.

De fato, narrar a viagem da GT, seu aspecto processual, é provavelmente o modo que melhor ajuda a penetrar no coração desse método/metodologia. O *como* é a via para entender o *que*, e isto vale em especial para a GT. Não foi por acaso que neste livro foi escolhido dar maior ênfase ao *como* se faz a GT; não foi somente por razões pragmáticas, mas porque saber fazer a GT é a estrada mestra para compreender sua essência.

Neste capítulo serão apresentadas as fases e as passagens que marcam o processo de pesquisa que utiliza a GT, colo-

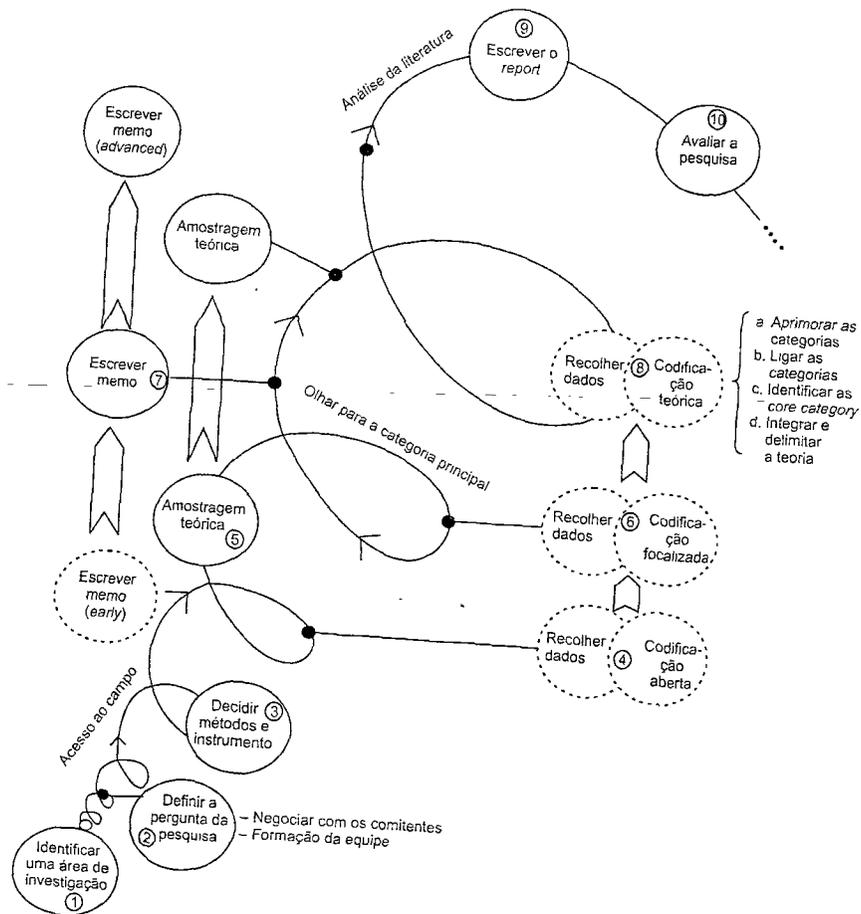
cando os pontos em sequência dentro de um diagrama sintético que objetiva dar uma imagem global do inteiro processo (cf. Figura 2).

Porém, atenção. O processo abstrato, na sua lógica e na sua sequência ideal, não deve absolutamente ser assumido de uma vez por todas e em modo unívoco. O percurso de uma pesquisa de campo é sempre incerto, vacilante, não programável meticulosamente com antecedência. Por isso, existe sempre algo de artesanal no fazer pesquisa; é exigida sempre uma sabedoria que não se pode programar, que ajuda a enfrentar os imprevistos e que não pode ser amarrada a rígidas sequências de procedimentos. Por outro lado, isso não exige o(a) pesquisador(a) de conhecer e informar-se sobre as especificidades de cada fase do processo de investigação, bem sabendo que cada um/uma, na prática da pesquisa, assumirá aspectos diferentes, e a linearidade com que se apresenta o processo aqui, por óbvias razões de clareza expositiva, é uma abstração reguladora. Em síntese, é oportuno receber formação sobre o processo ideal de fazer GT, mesmo sabendo que assim como o processo é apresentado na formação, nunca será encontrado na prática. É similar ao que acontece com os cursos de pré-parto organizados em vários hospitais e consultórios. Para as futuras mães (e para os pais), especialmente para as que esperam o primeiro filho, é útil participar de um desses cursos, para prefigurar o que acontecerá no parto e nas fases que o precedem. Ajudará as interessadas a representarem-se e saber gerenciar os sinais que antecedem e acompanham o trabalho de parto, como acontece o parto, quais os primeiros cuidados a serem dispensados ao nascituro, além de oferecerem técnicas específicas para viver da melhor maneira possível tais passagens. Esses cursos podem ter um grande poder tranquilizador próprio pelo fato de prefigurar o que vai acontecer e mos-

trar que cada pessoa, com os devidos conhecimentos, pode gerenciar serenamente as situações geradoras de ansiedade que se apresentam.

Porém, descrever o “processo perfeito” em que acontece o parto, em seus detalhes analíticos, pode até ser contraproducente. Se for apresentado (ou assumido) de modo absoluto e universal, acaba por ser um péssimo serviço às mães que acaba-

Figura 2
O processo da GT



rão por esperar aquela mesma linearidade unívoca, enquanto que, considerando que cada mulher é diferente, cada contexto é diferente, o processo perfeito aprendido no curso não acontece. Então o curso, que delinea o processo para tranquilizar e ajudar a gerenciar as situações, arrisca, em vez de criar expectativas infundadas, decepções e frustrações, e até mesmo medos, porque algo não acontece exatamente como havia sido ensinado.

3.2 Um olhar global

Para parafrasear Sócrates, pode-se afirmar que mais do que a precisão pontual do processo ideal é a sabedoria da obstetrícia, que consente penetrar melhor o andamento da GT. Observemos a Figura 2. Considerando-a no seu conjunto, para percebê-la em uma visão global e de maneira imediata, emergem subitamente alguns elementos gerais:

- O processo é representado melhor na forma de uma espiral, mais do que naquela de tipo retilíneo-linear.
- Algumas passagens são recursivas e rerepresentam-se mais vezes por níveis crescentes de abstração, ao longo das curvas em crescente da espiral.
- Não é um processo regular e uniforme: existem frequentes contratempos, retornos, regressos, assim como rápidas acelerações e fugas adiante; longos períodos de trabalho monótono e fases de intensa produção e criação.

A forma de espiral indica uma recorrência virtuosa. Um processo de desenvolvimento que, a partir de um dado ponto de partida, procede analiticamente, mas não em modo constante e ordenado, retornando regularmente em algumas passagens, mas enfrentando-as cada vez em um nível diferente, mais alto.

Estabelecidas essas premissas, cada fase do processo de pesquisa sintetizado na Figura 2, as etapas da viagem à descoberta/construção da teoria serão apresentadas em síntese neste capítulo em seus traços essenciais e em seus procedimentos dentro do processo. A seguir, tais etapas serão também ilustradas a partir de uma pesquisa conduzida recentemente com o método da GT e coordenada pelo autor deste livro (TAROZZI, 2007), o que permite colocar em evidência, a partir de um caso específico, os elementos de processo que nem sempre são explicitados em um relatório de pesquisa. Tal pesquisa, intitulada *Etnografias do consumo televisivo em contextos domésticos*, pretendia estudar as dinâmicas e as práticas do consumo televisivo em contextos domésticos em que estivessem presentes crianças de 3 a 6 anos de idade. A investigação, comissionada pelo *Comitato TV e Minori* da FRT (*Federazione Radio Televisioni*) ao Departamento de *Scienze della cognizione e della formazione* da Universidade de Trento, e realizada por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores das universidades de Trento, Bolonha e Nápoles, investigou esse tema através de uma abordagem etnográfica que, mesmo sendo intimamente diferente da GT, pode, contudo, ser complementar a esta, sobretudo em uma perspectiva construtivista (CHARMAZ & MITCHELL, 2001). Em particular, o esquema para a coleta de dados, os contextos de referência, os instrumentos da observação participante, a qualidade da relação com os participantes da pesquisa referem-se a uma abordagem etnográfica, enquanto que o desenho global da pesquisa e, especialmente, os modos para a elaboração dos dados e para a amostragem teórica dos sujeitos a serem observados e a forma dos resultados finais referem-se à GT.

O perfil da pesquisa, nomeadamente o arcabouço etnográfico sobre o consumo televisivo, situa-se no sulco dos *cultural studies* sobre a recepção televisiva (MORLEY, 1986; LULL, 1990; CASETTI, 1995), mas distancia-se no momento em que escolhe a metodologia da GT que orienta a investigação ao estudo dos processos subjacentes aos fenômenos sociais, psicológicos e educativos observados.

Foram coletados dados em três cidades diferentes, onde foram observadas ao todo 15 famílias (7 em Trento, 4 em Bolonha e 4 em Nápoles), visitadas de 3 a 6 vezes cada uma entre fevereiro e junho de 2005, mais outras 5 famílias em outubro para submeter-lhes uma entrevista semiestruturada de verificação das teorias emersas no conjunto do processo. Cada observação (60 ao total) exigia o preenchimento de notas de campo muito detalhadas, altamente descritivas e sem margem aos juízos, a serem redigidas imediatamente depois da visita.

A observação foi de tipo participante, não estruturada, em ambiente familiar; geralmente cada observação durava de 60 a 120 minutos. Durante a visita, o(a) pesquisador(a) interagiu com as crianças, assistia à TV e brincava com elas; falava com os pais ou outros adultos de referência, observava os ambientes. Foram também realizadas 29 entrevistas em profundidade, às quais acrescentam-se mais 5 entrevistas semiestruturadas a pais e adultos de referência.

Para compreender a essência processual do método é importante, antes de tudo, ter um olhar geral sobre o todo, saber antecipar aquilo que é razoável esperar que aconteça. Isto pode contribuir para reduzir a ânsia e ajudar a habitar o caos. Nos capítulos seguintes do volume serão tratados de maneira mais detalhada os nós-chave do processo de pesquisa.

3.3 As etapas da viagem

3.3.1 Identificar uma área de investigação

Uma GT não parte de hipóteses a serem testadas, derivadas de uma meticulosa análise da literatura ou de precedentes trabalhos empíricos. Nem tem sua origem, como outras pesquisas qualitativas, em objetivos específicos e focalizados. Esta se constrói antes de tudo do desejo ou da necessidade de explorar uma área de investigação, assumida em toda sua globalidade e complexidade, sem reduzi-la imediatamente a poucas variáveis controláveis ou a uma pergunta de pesquisa excessivamente pontual.

O interacionismo simbólico (BLUMER, 1954, 1969) sugere partir de *conceitos sensibilizantes*, aqueles conceitos da sociologia que não aprisionam a realidade dentro de suas visões fechadas, predeterminadas e operacionalizáveis, mas que são conceitos abertos que guiam o(a) pesquisador(a) sem forçar os dados dentro de caixas sociológicas fechadas (BOWEN, 2006). Tais conceitos representam o pano de fundo de ideias sobre o qual se distribuem os problemas de pesquisa. Esses são modos de organizar o conhecimento numa certa área e, enquanto tais, são pontos de partida da pesquisa e não pontos de chegada, que prendem a realidade social dentro de caixas fechadas, liberando o(a) pesquisador(a) qualitativo(a) da “síndrome do contêiner” (PIASERE, 2005).

No caso da pesquisa citada como exemplo, ideias como “experiência televisiva”, sobretudo, e “competência televisiva das crianças” constituíam conceitos sensibilizantes a partir dos quais a pesquisa podia ser construída. Tais ideias e a área de interesse geral, o tema das relações entre TV e crianças, eram âmbitos de investigação que respondiam ao interesse pessoal e profissional do autor, pois haviam sido objeto de várias pesqui-

sas precedentes, assim como do compromisso na formação ao consumo crítico e consciente, em assessorias na produção de programas para crianças e na regulamentação televisiva.

3.3.2 Definir a pergunta gerativa da pesquisa

A tradução de *uma área (ou um tema) de pesquisa* em uma *pergunta (ou problema) de pesquisa* é uma das passagens mais complexas e delicadas de todo o processo de qualquer investigação qualitativa. Apesar de o modo de se entender a pergunta de pesquisa ter substanciais diferenças entre as várias correntes (cf. caps. 2 e 4), a pergunta de pesquisa no início de um itinerário de GT é uma pergunta gerativa, aberta, não excessivamente focalizada. Esta se configura, substancialmente, no que a fórmula, sugerida por Glaser, bem expressa: “*what’s going on here*”, o que acontece em uma certa área de interesse em relação, mais ou menos vinculante, a alguns fenômenos ou conceitos considerados relevantes. O problema de pesquisa, em sua formulação precisa, não pode ser definido claramente com antecedência, pois o risco seria de forçar excessivamente os dados.

A pergunta de pesquisa no projeto inicial não estava formulada muito claramente e, depois de uma imersão preliminar no campo, foi assim definida: “O que acontece, em contextos domésticos, onde existem crianças de 3 a 6 anos de idade, com respeito à experiência televisiva?” A formulação, propositadamente, foi mantida aberta: fala-se de contextos domésticos e não de famílias (o que faria referência a uma só instituição). Especifica-se um conceito considerado relevante (crianças de 3 a 6 anos, porque elas representavam uma nova faixa de audiência que fora descoberta pelas emissoras apenas recentemente), e utiliza-se o conceito sensibilizante de “experiência televisiva”.

Ir a campo com uma pergunta de pesquisa aberta e ampla não foi somente por uma razão de fidelidade ao método. Mesmo a leitura da solicitação do comitente, ambígua e autocontraditória, sugeria essa opção. No *Comitato* que havia comisionado a pesquisa, composto por representantes das emissoras televisivas e de associações de defesa da infância, dos consumidores ou da família, existiam expectativas e projeções divergentes sobre os resultados da investigação. Cada um, como muitas vezes acontece, esperava receber uma confirmação empírica às suas próprias convicções que, sobre o tema da relação entre crianças e televisão, são bastante sólidas e altamente influenciadas ideologicamente.

Adotar uma perspectiva ideológica, de conceitos definitivos ao invés de conceitos sensibilizantes, teria levado a pergunta de pesquisa na direção de uma perspectiva marcada, caindo assim na crítica que Glaser move à abordagem de Strauss e Corbin segundo a qual, partindo de perguntas de pesquisa muito definidas e focalizadas, a pesquisa se torna descritiva e de verificação, encontrando nas categorias a confirmação de ideias preconcebidas mais ou menos implicitamente na pergunta inicial.

3.3.3 Decidir métodos e instrumentos

Os tipos de dados úteis para uma pesquisa que utiliza a GT são múltiplos e vários os instrumentos e os métodos para a coleta. Porém, não se pode pensar que os métodos sejam neutros com respeito aos dados: cada instrumento tem suas específicas consequências sobre o tipo de dados que serão elaborados. É fundamental ter consciência disto. Observações, notas etnográficas de campo, relatórios pessoais dos participantes, narrações e até documentos, todos podem oferecer dados ri-

cos e úteis, mas serão sempre modelados pelo instrumento utilizado para coletá-los. O instrumento principal na GT, mesmo não sendo o único, continua sendo a entrevista, especialmente aquela de tipo semiestruturado. E isto em virtude da ênfase sobre a questão da atribuição de significados típica do interacionismo simbólico, mas também porque os instrumentos verbais consentem focalizar a coleta de dados de acordo com o trabalho de codificação. Assim, enquanto emerge a teoria e se definem as categorias, as entrevistas se tornam sempre mais estruturadas: se inicialmente as entrevistas são muito pouco estruturadas (nunca completamente abertas), progressivamente chega-se a uma definição mais pontual das perguntas.

Trabalhar em equipe, confrontando os modos diferentes de aplicação dos mesmos instrumentos, pode servir para ir assumindo maior consciência do efeito de *performance* dos métodos. Realizar a pesquisa em equipe, ao invés de fazê-la sozinho(a), é preferível por vários motivos, pois a comparação entre diferentes perspectivas, visões, interesses disciplinares, competências pode representar, quando é bem gerenciada, um ulterior âmbito de conferência constante, o que leva a enriquecer ainda mais o trabalho de codificação e de análise. Neste caso é necessário prever uma fase de formação do grupo e de partilha sobre os instrumentos a serem utilizados. Foi o caso de nossa pesquisa, cuja equipe era composta por pessoas com formação diferente, provenientes de áreas geográficas diferentes da Itália e com competências profissionais diferentes. Depois de uma fase inicial de negociação (junho a dezembro de 2004) com o comitente, metodologicamente importante para definir extensão, prioridades e abordagem da pesquisa, constituiu-se uma equipe de pesquisa que permitisse o desenvolvimento da pesquisa simultaneamente em três diferentes cidades italianas. No mês de janeiro sucessivo, realizou-se um

seminário residencial de partilha do projeto de pesquisa e de formação de pesquisadores na metodologia de pesquisa escolhida. Não só. Tratava-se também de harmonizar e calibrar sensibilidades teóricas diferentes e dotar-se de instrumentos comuns para a gravação dos dados.

Em nosso exemplo, utilizando instrumentos de observação e de campo, foi necessário também fazer exercitações sobre as práticas de observação que, pela natureza mesma do método, não podiam ser baseadas na definição rígida e demasiadamente estruturada de protocolos de observação. Para as entrevistas em profundidade também foram conduzidas entrevistas de teste e discussões sobre a condução e a transcrição para concordar sobre os critérios para sua realização. Neste caso, é difícil instituir *a priori* protocolos rígidos e estabelecer de uma vez por todas os instrumentos adequados para buscar a pergunta gerativa da pesquisa. Portanto, mais do que detalhar rigidamente os protocolos (que devem ser todavia estabelecidos), é necessário exercitar a sensibilidade teórica de cada um(a) e negociá-la entre os membros da equipe.

Ao mesmo tempo, procede-se a *escolha dos primeiros sujeitos* e o *acesso ao campo*. A amostragem teórica exige partir com um primeiro grupo de sujeitos para depois ampliá-lo progressivamente, em base aos estímulos que provêm da teoria emergente. Por conseguinte, encontrar os participantes e obter dos mesmos o consentimento para a participação na pesquisa é uma operação que se torna sempre mais complexa e delicada, uma vez que a cada passo a escolha dos sujeitos é mais vinculada à direção tomada pela análise. Quando a pesquisa é de tipo etnográfico, como no exemplo apresentado, o acesso ao campo é ainda mais delicado. A abordagem etnográfica é, por um lado, invasiva por si mesma e, por outro, a rela-

ção que o(a) pesquisador(a) constrói com os participantes é determinante para consentir a emersão de dados ricos.

A aproximação aos participantes aconteceu através de mediadores, sujeitos terceiros (inicialmente amigos de amigos ou, em alguns casos, a escola), que apresentavam o(a) pesquisador(a) à família junto à qual entendia-se proceder com a observação em casa. Tudo era feito com pleno respeito ao código de ética do departamento que coordenava a pesquisa, e aos participantes que assinavam um termo de consentimento informado bem detalhado, dava-se a possibilidade de entrar em contato diretamente com a comissão de ética.

3.3.4 Coleta dos dados e codificação aberta

Constituído e formado o grupo de pesquisadores, tendo consenso sobre os instrumentos e as modalidades de uso dos mesmos, identificado o primeiro grupo de sujeitos, atinge-se o campo com toda a delicadeza do caso, considerando claramente a pergunta gerativa da pesquisa. Nesse ponto, passaram-se diversos meses (8 em nosso caso). Não se deve pensar que a pesquisa tenha início somente no momento em que se liga o gravador e inicia-se a primeira entrevista direta. O trabalho das fases precedentes já é uma atividade de geração de teoria: na negociação da pergunta de pesquisa com o comitente, na elaboração do projeto, na identificação e formação da equipe de pesquisa, na escolha dos primeiros sujeitos e dos contextos, no acesso ao campo. Tudo isso já é material sobre o qual produzir reflexões significativas no próprio diário de pesquisa e sobre o qual elaborar os primeiros e iniciais memorandos, os típicos instrumentos de reflexão analítica e reflexiva sobre os quais tratará a seção 3.3.7.

Um traço distintivo da GT é que a coleta de dados e a condução das entrevistas e observações aconteçam simultaneamente à codificação. Não se deve esperar ter finalizado ou ter realizado grande parte das entrevistas antes de enfrentar o laborioso trabalho de transcrição e de análise. Na GT é fundamental que tais processos aconteçam paralelamente. A primeira codificação ajuda a definir os temas a serem tratados nas entrevistas sucessivas e é fundamental para identificar as direções para as quais ampliar a amostra, para escrever nos memorandos as primeiras reflexões e favorecer a emergência de *insight* (intuições) que o(a) pesquisador(a) pode ter, mesmo nas primeiras fases da pesquisa.

Em síntese, a codificação, que representa o primeiro nível do processo analítico, é o conjunto de técnicas e procedimentos utilizados para conceituar os dados que, nas várias tradições da GT, assumem nomes diferentes e sugerem procedimentos diversos, mesmo no quadro de uma lógica comum. A primeira operação de codificação, o primeiro nível, é a transcrição mesma das entrevistas. É ilusório considerar que o trabalho de transcrição seja um trabalho chato, mas no final simples e automático. Contrariamente, trata-se sempre de um trabalho interpretativo, mesmo utilizando-se rígidas convenções de transcrição, e é parte integrante da codificação. À transcrição segue a codificação, palavra por palavra, linha por linha (*incident*), acontecimento por acontecimento (GLASER, 1978), que abrem o texto fazendo emergir todas as direções interpretativas possíveis, identificando as unidades mínimas de significado. Isto é, os mínimos segmentos de texto que se consideram significativos, para depois designar a cada um uma etiqueta nominal. O esforço, aqui efetivamente frustrante e até gerador de ansiedade, é o de conceituar as passagens relevantes, sem forçar o texto, permanecendo em um nível bastante

descritivo. Nada parece emergir e até mesmo as poucas ideias que se tinha tornam-se nebulosas e incertas e mesmo o problema de pesquisa parece ser colocado em discussão pelos estímulos caóticos que provêm do campo.

Com base no primeiro bloco de dados considerado válido, cerca de duas semanas depois do primeiro encontro de lançamento da pesquisa, procedeu-se a uma codificação aberta em duplas, sobre o mesmo material. O processo previa duas passagens: a primeira consistia na identificação daquelas partes de texto consideradas significativas, as unidades mínimas de sentido que continham um conceito; a segunda, distinta da primeira, era a atribuição de um nome à categoria. A designação de um nome a uma categoria interpretativa exige permanecer fiéis à intencionalidade de quem fala e de não impor denominações que sejam demais univocamente interpretativas, por exemplo, derivadas da literatura sobre o tema. Por isto foi privilegiado, na primeira fase, a assim chamada codificação "*in vivo*", isto é, aquela que utiliza as mesmas palavras de quem fala para denominar a categoria. Considerando que a prioridade era a fidelidade ao texto (ao fenômeno), os nomes das categorias elaboradas na codificação aberta eram necessariamente muito amplos, longos, que se podiam dificilmente estabelecer ligações entre eles, muito difíceis de gerenciar e bastante confusos no conjunto. Seguiu-se uma reunião de discussão intensa e aprofundada, finalizada ao fazer emergir as primeiras categorias que poderiam orientar, nas sucessivas visitas, o olhar do(a) pesquisador(a) próprio na direção daqueles temas específicos que iam florescendo dos diversos contextos.

3.3.5 Amostragem teórica

Apesar da amostragem ou dos critérios de escolha dos participantes assumir, na pesquisa qualitativa, um sentido

muito distante da amostragem probabilística que constitui uma condição-chave de uma pesquisa quantitativa ou, ao menos, baseada num paradigma objetivista, mesmo assim o problema da amostragem não pode ser evitado por quem faz pesquisa qualitativa. É uma questão que deve ser posta obrigatoriamente, de modo diferente dependendo se a pesquisa for mais ou menos descritiva, para a qual é necessário saber elaborar uma resposta que seja coerente com a abordagem de pesquisa escolhida e compreensível (melhor ainda se souber convencer) para a comunidade científica à qual é direcionada a atividade de pesquisa.

A GT propôs um tipo de amostragem rigorosa para a pesquisa qualitativa, mas que não é probabilística, nem tem o objetivo de garantir a representação do grupo de sujeitos estudados em relação ao universo da população, no entanto é estreitamente ligada ao processo de análise. A amostragem teórica consiste na identificação de sujeitos seguindo as indicações que provêm do processo de análise. Em particular, com base nas lacunas que a teoria ainda apresenta, *requerem-se contínuos aprofundamentos* direcionados, para verificar se o esboço de teoria e as suas categorias “se sustentam” também em contextos diferentes daqueles já examinados, lá onde se registram exatamente as condições nas quais a pesquisa parece ser carente.

A ampliação da amostra termina quando as categorias ou as ideias sobre um tema forem consideradas *saturadas* (MORSE, 1995). Em outros termos, o *theoretical sampling* exige ampliar a extensão da amostra na direção daquelas áreas que ficam descobertas, enquanto é inútil continuar lá onde os dados são redundantes. Isto faz poupar tempo e recursos com respeito a uma amostragem estatística, mas impede de definir com antecedência o número de participantes e de contextos, o

número de entrevistas, de observações, com todas as consequências que isto tem sobre a impossibilidade de formular um desenho detalhado de pesquisa.

A pesquisa se iniciou com uma amostra já diferenciada porque se supunha que existissem condições diferentes em contextos socioculturais e geográficos diferentes. Trento, Bolonha e Nápoles constituíam três contextos diferenciados por colocação geográfica (Norte, Centro e Sul) e por dimensões do contexto urbano (pequeno centro, média e grande cidade). Essa escolha foi feita *a priori* por razões meramente organizativas: com os vínculos dos fundos à disposição, precisávamos predispor com antecedência a equipe para poder levar em consideração contextos geográficos distantes. A amostragem teórica típica de manual teria exigido, ao contrário, iniciar em um contexto e ampliar a amostra só se e quando as ideias que emergiam da análise tivessem exigido isso. Ampliar *a priori* a amostra não é, em si, um erro metodológico, porém obriga a coletar dados que podem não ser essenciais, perdendo para tanto tempo, energias e recursos. E, de fato, com o olhar de depois, não emergiram diferenças muito relevantes entre cidades pequenas ou médias que justificassem o recurso a essa diferenciação na amostra, enquanto que a diferença Norte-Sul, na gestão da rotina familiar, representou uma “variável” importante.

Sucessivamente alargou-se a amostra para compreender famílias monoparentais, com presença ativa de genitores homens, casas com TV por assinatura, presença de homens ou de mulheres entre as crianças, alvo da pesquisa. Houve uma passagem-chave para a elaboração teórica favorecida, própria pela adoção desse tipo de amostragem. Depois de um primeiro bloco de entrevistas e observações, do qual começava a emergir um esboço inicial de teoria sobre a gestão televisiva familiar que designava às mães um papel-chave nessa tarefa, deparan-

do-nos, sobretudo, com pessoas que tinham bons instrumentos culturais e educativos para a gestão televisiva, perguntamo-nos se isso dependia do nível cultural e socioeconômico e percebemos que faltava no conjunto de famílias observadas até aquele momento especialmente esse tipo de características. Consequentemente, direcionamos a ulterior ampliação da amostra para famílias com nível socioeconômico baixo e com um baixo nível de controle televisivo e de elaboração de regras.

3.3.6 Coleta dos dados e codificação focalizada

Depois das codificações iniciais, até mesmo pela contribuição da amostragem teórica, as sucessivas coletas de dados são mais focalizadas: as perguntas nas entrevistas mais estruturadas e direcionadas, o olhar do(a) observador(a) mais sensível e centrado nos temas relevantes. Nessa fase, também a codificação se põe em um nível analítico mais elevado: toma-se distância do plano principalmente descritivo e substantivo da codificação aberta, fecham-se algumas pistas, mesmo interessantes que, na codificação precedente, haviam sido deixadas abertas para aderir às sugestões que provinham dos dados, e inicia-se a fazer emergir os temas salientes e, mais analiticamente, as categorias que indutivamente são extraídas dos dados e das operações de sua etiquetagem. Nessa fase, examinam-se porções mais amplas de texto, que se apresentam mais frequentemente ou mais intensamente, que recolhem significados analíticos mais relevantes e que consentem categorizar os dados em modo mais incisivo e completo (CHARMAZ, 2006). O resultado é a emergência das principais direções, os temas, as categorias interpretativas (expressas, porém, de maneira ainda muito aproximativa) que os dados indicam.

Essa fase da análise se distingue por dois momentos. Um individual, no qual cada pesquisador(a) elaborou as próprias en-

trevistas e observações com base na primeira codificação aberta. Sucessivamente, as codificações focalizadas foram comparadas em grupo, para identificar as recorrências e os temas que emergiam com maior frequência e com maior força. Ao final dessa longa fase de coleta e análise de dados (cerca de 10 famílias), um longuíssimo encontro permitiu ao grupo discutir aprofundadamente sobre todas as categorias emergidas individualmente até aquele ponto para chegar a uma primeira *code map* partilhada, na qual fossem representadas todas as temáticas emergidas de cada contexto e nenhum tema fosse excluído, apesar de poder ser expresso em termos diferentes daqueles com os quais havia sido codificado inicialmente. Resultou uma figura intrincada e complexa que retratava a primeira caótica, mas completa, descrição do conjunto de temas que emergiam das famílias observadas. Todos os temas estavam presentes, mas não bem desenvolvidos, e até mesmo as relações entre os temas não eram puramente hipotéticas. Todavia, essa codificação permitiu o início da delimitação da teoria, abandonando temas que, mesmo se estivessem presentes, eram marginais com respeito ao *mainstream*: focalizar melhor a pergunta de pesquisa, identificar as questões dignas de ser ulteriormente exploradas nas sucessivas coletas e as modalidades mais adequadas para fazê-lo (por exemplo como contornar a tendência dos pais a representarem-se como “bons pais”, respondendo às perguntas conforme aquilo que eles imaginavam fossem nossas expectativas).

3.3.7 Escrever memorandos

Os memorandos ou anotações são um traço distintivo de toda GT. Apresentam-se nas várias fases do processo de pesquisa, portanto é difícil designar aos memorandos um único preciso lugar dentro da espiral que configura a viagem da GT. Nesse ponto, alguns memorandos já foram escritos. As obser-

vações do(a) pesquisador(a) com respeito à condução das entrevistas, as reflexões que conduzem às escolhas de amostragem teórica, as anotações que inevitavelmente acompanham o ato de atribuição de um nome às etiquetas de codificação aberta ou à codificação focalizada, devem ser explicitadas em modo discursivo e justificadas analiticamente sem deixar nada por subentendido. Os memorandos acompanham todo o processo de construção da teoria e é fundamental que sejam como o lugar do não óbvio, em que todas as escolhas e as ações empreendidas encontram a própria justificativa e a própria argumentação. Não são o diário de pesquisa metarreflexivo (só em parte e em poucos momentos estes dois instrumentos podem coincidir), nem é o espaço íntimo do(a) pesquisador(a) no qual anota comentários pessoais, nem são o diário etnográfico de campo. Sua especificidade é aquela de serem *espaços de análise*, nos quais se presta conta das articulações-chave da pesquisa, das passagens críticas, das perguntas que se fazem aos dados e às categorias e das razões em virtude das quais são dadas apropriadas respostas às mesmas.

Os memorandos são recorrentes nas curvas da espiral da GT e assumem uma veste específica, dependendo da função que desenvolvem nas diversas etapas. Charmaz divide entre memorandos *early* e memorandos *advanced*, identificando nos primeiros um acompanhamento crítico e reflexivo à coleta de dados para explorar e explicitar as escolhas nas primeiras fases da codificação e guiar as sucessivas entrevistas e observações; e, os segundos, analiticamente mais potentes, dão conta do processo de categorização, de como emergiram as categorias, traçam a percursos analíticos das mesmas e descrevem suas propriedades, ajudam a refletir sobre o significado dos primeiros êxitos para os participantes etc. (CHARMAZ, 2006). Resulta claro como o papel dos memorandos seja in-

termediário entre a coleta dos dados e a elaboração do relatório de pesquisa. De fato, a preparação do relatório parte mesmo de um exame atento e sistemático dos memorandos que, se foram escritos sistematicamente e regularmente, podem conter boa parte do texto final.

Foram utilizados memorandos ligados às reflexões emersas depois das observações e das entrevistas, memorandos que acompanham o trabalho de codificação e memorandos que sistematizam as reflexões emersas nos momentos de reviravolta interpretativa. Estes, escritos por cada membro da equipe e depois partilhados, sobretudo alguns mais longos e sistemáticos que havia sido decidido escrever em particulares momentos de reviravolta, acompanharam a emersão da teoria e favoreceram a identificação dos nexos e o progredir da abstração teórica.

Estimulamos a produção de memorandos depois das reuniões do grupo, em que a partilha de um ponto de vista individual sobre as análises confluía, mais ou menos harmoniosamente, a um ponto de vista coletivo e partilhado sobre toda a construção teórica. Estes, junto com as minutas das reuniões do grupo (estas também sistematicamente gravadas), foram materiais preciosos que testemunhavam passagens acontecidas e relançavam para frente a construção conceitual indicando novas pistas de investigação para a coleta de dados e representando a base para a primeira sistematização conceitual do *code map*.

3.3.8 Codificação teórica

Com o termo codificação teórica entende-se o processo analítico de conceituação de dados que acontece em um nível mais abstrato. Em particular, é o nível de análise em que se delineiam e se qualificam as relações que subsistem entre as categorias que emergiram da codificação focalizada. É um

nível em que a teoria ganha forma, as categorias integram-se e a neblina analítica que acompanha as primeiras fases da codificação, necessariamente abertas a inumeráveis solicitações que provêm do campo, começam a deixar espaço a uma coerente teoria interpretativa. É o momento em que a teoria decola. Distancia-se claramente do plano descritivo e procede por abstrações conceituais crescentes. É uma fase extremamente complexa, não linear, feita de intuições, de fugas para frente e de retornos aos dados. Por isso é difícil, e talvez impróprio, considerá-la uma fase unitária e colocá-la nesse ponto do processo; mas, para clareza expositiva, concentram-se os vários elementos da codificação teórica nessa fase. Para além das várias denominações com que as diferentes escolas definiram e especificaram a natureza e os procedimentos dessa passagem analítica, aqui entendem-se quatro passagens fundamentais:

- 1) pontuar as categorias;
- 2) interligar as categorias;
- 3) identificar a categoria central (*core category*);
- 4) integrar e delimitar a teoria.

Pontuar as categorias. A codificação focalizada produziu categorias ainda em grande parte em estado bruto. O objetivo da codificação teórica é o de defini-las pontualmente. A pesquisa da/das *core category(ies)*, as categorias centrais sobre as quais será tratado mais adiante, é o que guia esse processo, que dá a direção da análise, impede a codificação teórica de perder-se em mil direções e lhe dá um sentido unitário.

As categorias recebem uma forma e, sobretudo, um nome. Os nomes das categorias são dinâmicos, abertos, têm alto poder conotativo e evocativo. Em inglês, que é um idioma muito mais

conceitual que um idioma descritivo como é o italiano¹, sugere-se utilizar um substantivo combinado com um gerúndio. O substantivo define o objeto e o verbo qualifica seu movimento conceitual. Alguns exemplos de categorias desse tipo são: “TV como produtora de ordem”, “controlar a TV”, “TV como droga”. É importante ainda o esforço de definição de cada categoria, não somente no título, mas, além disso, através de uma definição extensa que a torne explicitamente compreensível.

Uma análise teórica do complexo mapa conceitual que saía da codificação focalizada evidenciou alguns núcleos temáticos, amplamente ramificados, que podiam ser extrapolados do desenho geral e assumir uma própria significação semântica e conceitual, mesmo mantendo alguns ou muitos nexos com outros núcleos temáticos. Esses temas, sucessivamente elaborados e confirmados por novos dados coletados, produziram quatro importantes categorias fundamentais, recorrentes, densas, ramificadas, que emergem sobre as demais, igualmente emersas e definidas: *a) media-environment*: o sistema midiático e as tecnologias disponíveis vistas através de seu uso e o impacto que exercem sobre as rotinas familiares; *b) gestão ou governo da TV*: as estratégias de intervenção que regulam os modos de utilizar e controlar o consumo televisivo e os sistemas de valores e as pedagogias ingênuas sobre as quais se funda. Uma categoria que se impôs desde cedo como macrocategoria, mais ampla e ramificada que as outras; *c) juízos sobre a TV*: o conjunto dos juízos sobre os vários aspectos da fruição da oferta televisiva vistos em suas implicações sobre o sistema de regras consequentes; *d) fruição da TV*: as rotinas televisivas geradas pelas várias modalidades de fruição que se cruzam com as rotinas familiares, gerando-as ou adequando-se a estas.

1. Pode-se dizer o mesmo para o português [N.T.].

Interligar as categorias. As categorias produzidas pela análise comparativa emergem junto às relações que as interligam e são compreensíveis ao(à) pesquisador(a) somente dentro das redes de relações em que estão inseridas. Na codificação teórica, a análise dessas relações é uma passagem fundamental que se articula em três diferentes operações:

- estabelecer conexões entre as categorias e tematizar a tipologia de relação que as une;
- desenvolver (dedutivamente e não indutivamente) as categorias com subcategorias em base às propriedades e às dimensões de cada uma;
- colocar as categorias em relação hierárquica, identificando macrocategorias que compreendem categorias menores.

A seguir, foi tentado criar alguns primeiros nexos conceituais entre categorias similares, procedendo seja através da identificação de conceitos-pais que de conceitos-filhos, entendendo os primeiros como uma inicial organização hierárquica vertical e os segundos como relações horizontais de natureza diferente. Dessa elaboração construiu-se uma primeira pirâmide conceitual que conduziu à identificação da *core category* que se impôs como tema mais relevante na área investigada.

• **Identificar a categoria central (*core category*).** Trabalhar por mapas conceituais permite representar o sistema no qual cada categoria fica inserida. Desenhar diagramas é um válido instrumento de análise que acompanha o trabalho de identificação da *core category*, como a Figura 3 apresenta: a *core category* ou *core variable* é aquela categoria central que representa o conceito organizador principal de uma área de pesquisa que pode ser identificado indutivamente, procedendo no trabalho de hierarquização das categorias emersas nos dados. Uma *core*

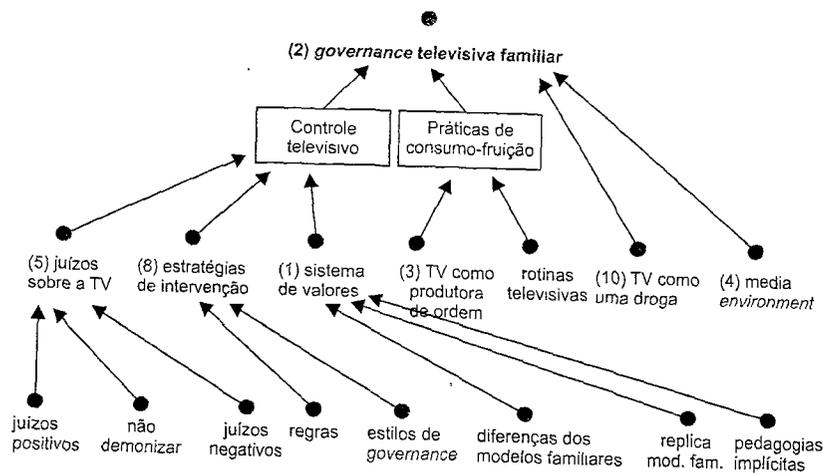
category é uma categoria-chave, ramificada, muitas vezes é também mais frequente que as demais (com um maior número de ocorrência nos dados), mas, sobretudo, é aquela mais potente analiticamente. É densa, saturada, integra a teoria, é completa, relevante e *funciona*. Para encontrá-la são úteis dispositivos como diagramas e narrações da história da pesquisa, que possam oferecer uma leitura integrada dos conceitos expressos pelas várias categorias até então muito fragmentadas.

Enquanto se completava o trabalho de coleta de dados nas famílias (estávamos no final de junho), à luz das discussões feitas e dos materiais produzidos, apresentava-se a exigência de puxar os fios do que havia sido produzido até aquele momento. Naquela fase foi propício um encontro com Barney Glaser, em Estocolmo, às margens de um congresso de sociologia, no qual quem escreve teve a ocasião de discutir com ele o arcabouço da pesquisa e os êxitos alcançados até então. Antes de tal encontro havíamos reformulado o confuso diagrama inicial, reorganizado as categorias no espaço, eliminado algumas repetições e traduzido para o inglês (e, portanto, as havíamos necessariamente reinterpretado). Isto havia levado o grupo a identificar algumas áreas prioritárias (o que, todavia, significou eliminar muitas outras do cone de luz de atenção heurística): ainda não éramos capazes de identificar com precisão a *core category* e, sobretudo, não sabíamos ainda nomeá-la, apesar de conseguir mostrar a área em que esta se encontrava em nosso mapa.

A preparação do seminário, as sugestões recebidas naquela sede e as reflexões amadurecidas a partir daquelas fundamentais discussões desencadearam um significativo passo para frente no trabalho de codificação. Depois do seminário de Estocolmo, quem escreve parou e escreveu o primeiro *working paper*, um longo memorando que recolhia e sistematizava as análises emersas dos memorandos feitos por todos até aquele

momento e indicava as primeiras pistas interpretativas. A partir de então o procedimento foi o de integrar entre si memorandos, diagramas, codificações e narrações, refletindo sobre o sistema de codificação utilizado, sobre as ramificações entre os conceitos e as categorias, sobre os memorandos produzidos por todos os membros da equipe, sobre as etiquetas emergentes da codificação focalizada, com alguns rápidos retornos aos dados, mais para encontrar confirmação que para buscar inspiração. O resultado foi a denominação da *core category*: *TV family governance*. Um conceito amplo, que faz referência ao conceito do controle televisivo subjacente a este e às práticas de consumo e fruição televisiva.

Figura 3
Organização hierárquica das categorias e identificação da *core category*



Fonte: TAROZZI, 2007a: 42

Integrar e delimitar a teoria. Identificada a *core category*, o trabalho de pesquisa não acabou. Uma GT é uma elaboração teórica a partir dos dados de um ou de mais processos que

acontecem em um contexto, portanto faz-se necessário ainda delimitar o âmbito de validade da teoria e focalizar a pergunta de pesquisa definível de modo completo somente no momento em que sabemos dar uma resposta.

Identificada a categoria central, *governance televisiva familiar*, decaem e esgotam-se completamente outras vertentes de pesquisa, apesar de serem interessantes, como a *media environment* e outros temas, igualmente ricos, que são levados em conta somente no que concerne seu nexos com a *core category*, como, por exemplo, as rotinas de fruição televisiva que se tornam, dentro do modelo geral da macrocategoria, “TV como produtora de ordem”.

Trata-se, enfim, do processo geral de base através de novas comparações e interrogando diferentemente as categorias e os dados que as geraram, para depois integrar categorias e propriedades em um modelo interpretativo unitário.

Na pesquisa, a identificação da *core category* faz nascer novas perguntas de pesquisa, com as quais interpelar os dados, sejam aqueles já coletados, sejam aqueles provenientes de novas famílias observadas. Quem escreve sublinha em um memorando: “Existem diferentes estilos de *governance televisiva familiar*? Diversos modos de gestão das regras? Do que derivam as regras? Quais são as atribuições e as características daquilo que até agora chamamos ‘pedagogias ingênuas’? Qual é seu enraizamento em um explícito sistema de valores? Que relação subsiste, se por acaso existe alguma (a primeira impressão é que não exista relação direta sempre) entre os juízos e as regras? Qual influência exerce a história pessoal dos adultos de referência no determinar a qualificação dos juízos e das estratégias de intervenção consequentes?”

Novas tarefas analíticas também se impõem a partir dessas novas perguntas: definir propriedades e atribuições dessas ca-

categorias emergentes; verificar se todas podem ser consideradas saturadas, redefinir a amostragem teórica na direção das categorias que ainda não estão saturadas; desenvolver os processos subjacentes à *core category* e identificar suas atribuições (e suas subcategorias) e suas relações com as demais categorias”.

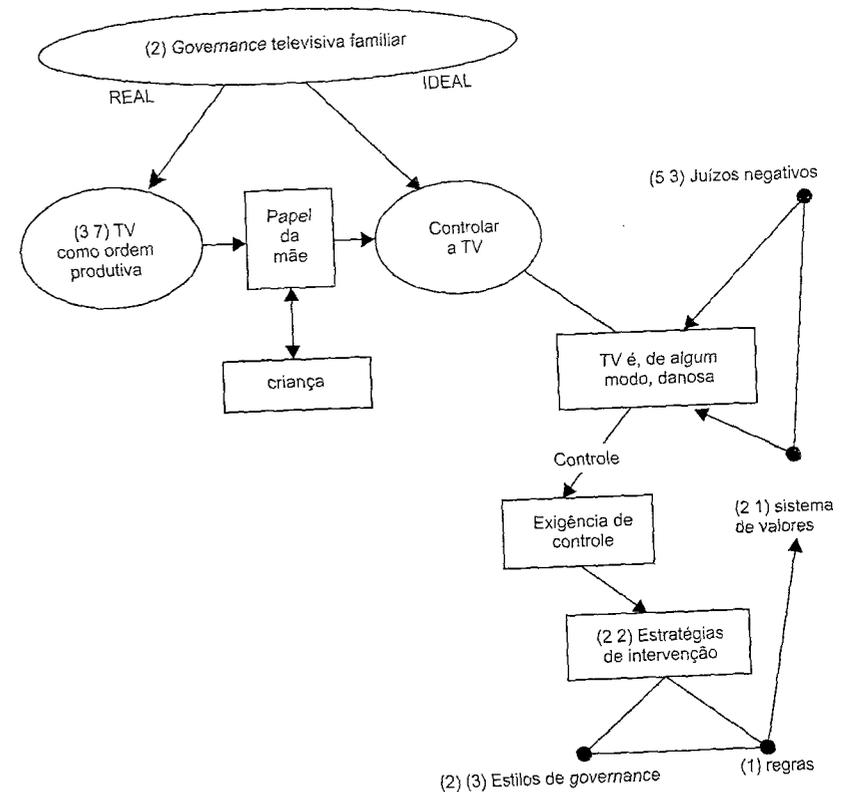
No estudo das características e das atribuições de cada categoria, e, sobretudo, dos nexos conceituais e de significado que estas têm entre si e entre cada uma e a *core category*, inicia-se a delinear a teoria interpretativa de referência.

Após uma imersão total na atividade analítica da codificação das entrevistas e das observações para fazer emergir todas as ocorrências relativas aos temas identificados e abrir novos nós temáticos, o processo exige o supremo empenho de estabelecer nexos entre as categorias e os temas emersos em um (único) modelo que explique o processo teórico que os conecta. É uma operação particular, diferente das precedentes, que se movimenta para frente e para trás, entre indução e dedução, análise e síntese que, a partir da *core category*, desenvolve seus principais nós e os elementos processuais que dão vida à teoria geral.

No passar do trabalho indutivo de codificação aberta ao trabalho mais teórico de integração das categorias entre si e suas propriedades, distanciando-se, portanto, dos dados de base e trabalhando conceitualmente com as *core*-categorias emersas, quem escreve foi tomado por uma intuição e traçou no papel um modelo que representa sinteticamente o principal processo implicado em nosso âmbito de pesquisa (codificação seletiva). É um modelo que recolhe tudo em um conjunto, esteticamente bonito. Neste desenvolve-se o processo (ou os processos) que interligam os conceitos e dá origem a um modelo explicativo que, junto com a *core category*, acrescenta ou-

tra categoria-chave, “TV como produtora de ordem”, que sustentando outro processo (por nós denominado “real”) que se contrapõe ao processo “ideal” de controle televisivo.

Figura 4
Diagrama geral da *governance* televisiva familiar



Fonte: TAROZZI, 2007c: 47

5.3.9 Escrever o relatório

Uma grande vantagem de fazer GT consiste no fato de que o processo de elaboração do texto não acontece no final, mas acompanha todas as fases da pesquisa. Escrever um relatório significa partir dos primeiros memorandos, sistemati-

zã-los, podendo por vezes até utilizar integralmente grande parte destes.

O processo de elaboração do texto final se configura, por sua vez, como um ulterior, último nível de análise. Considerando que escrever é sempre interpretar, acontece um contínuo conceituar, um dar sentido. A teoria toma forma no ato do(a) pesquisador(a) escrever o texto (científico). Em uma GT, o texto final exige a prestação de contas do processo e não somente do produto. Por isto, normalmente, é oportuna uma longa parte expositiva do percurso de pesquisa que apresente a evolução temporal do projeto que deu origem à emergência da teoria.

Não obstante todos os manuais indicarem estratégias e técnicas para elaboração de um texto próprio de uma GT, não existem procedimentos distintivos para a produção do texto final como existem para as outras fases da viagem da GT, mesmo que algumas indicações possam ser úteis (cf. cap. 6).

Segundo uma abordagem construtivista, principalmente, o texto final é o local no qual o poder analítico da teorização toma forma e se articula em todas as suas formas, em que o significado, as ações, as estruturas sociais são integrados discursivamente. É aqui, também, que se faz acontecer o diálogo dos resultados empiricamente imersos na literatura científica. Foi mostrada no primeiro capítulo a polêmica sobre a pertinência e as modalidades da gestão da literatura científica, com a qual não é possível evitar de confrontar-se, especialmente no caso em que se trata de um texto para a publicação, seja um artigo científico, que deve ser avaliado por um comitê editorial ou seja uma tese de doutorado, que deve passar pela avaliação de uma comissão de exame. Uma solução razoável é aquela de voltar para a biblioteca quando a teoria está suficientemente desenvolvida, para fazer dialogar os resultados emergentes com a

literatura científica relevante sobre o tema, pouco antes de se colocar na preparação do texto final.

A fase da escritura produziu primeiramente um relatório (TAROZZI, 2005b) e, depois, um volume coletivo (TAROZZI, 2007a) no qual, após uma introdução que repassava dia-cronicamente a gênese da teoria, referida ao processo da *governance* televisiva familiar, seja no que se refere ao controle televisivo que, em relação ao uso da televisão como produtora de ordem, explicitando as passagens-chave e os principais nós conceituais, apresentava-se o modelo geral, em seus desenvolvimentos globais. A essa primeira parte, seguiram vários capítulos nos quais cada membro da equipe desenvolveu um tema específico do modelo geral para tratar em detalhe os temas salientes emergentes da pesquisa e, em particular, a questão dos juízos sobre a televisão, as estratégias de intervenção, os estilos de *governance* televisiva familiar e o papel da mãe, que emerge nesse complexo contexto como a figura central e fundamental. Enfim, os resultados da pesquisa foram colocados em diálogo com alguns elementos emergentes da literatura científica sobre o tema para evidenciar congruências e divergências e colocar em luz os principais êxitos operativos e aplicativos. A linguagem e o estilo expositivo daquele relatório buscavam, de certa maneira, reproduzir o processo de análise que caracterizou a nossa pesquisa a partir do estilo narrativo dado à introdução. Esse era o único modo para dar conta dos elementos processuais ligados em modo tão imprescindível ao estilo de pesquisa, inspirado no paradigma e na metodologia que viemos delineando.

3.3.10 Avaliar a pesquisa

Uma GT, à diferença de muitos outros métodos de pesquisa qualitativa, não exige uma validação externa. Pelo prin-

cípio da modificabilidade, um dos elementos característicos da metodologia delineada por Glaser (1978), uma GT se *auto-corrige*. Caso fosse revelado que está incorreta, imprecisa, incompleta, suas categorias não adequadamente saturadas, a amostragem teórica limitada etc., isto não negaria a teoria, simplesmente convidaria a prosseguir na pesquisa ou a corrigi-la. Todavia, como toda pesquisa qualitativa, também a GT pode ser reforçada na significatividade dos próprios êxitos através de alguma modalidade de validação externa, como o *audit trail* (LINCOLN, 1985), que consente a um(a) pesquisador(a) externo competente “re-percorrer” o processo descritivo e conceitual empreendido (com a condição de que os procedimentos tenham sido todos, desde o início, pensados para serem transparentes) e verificar a pertinência da escolha dos instrumentos e se a aplicação dos procedimentos foi correta, assim como confirmar ou não se chegou aos mesmos resultados.

Como modo para verificar a “consistência” da teoria esboçada e para aumentar a transferibilidade dos resultados, em outubro foram conduzidas outras cinco entrevistas semiestruturadas em que aos novos sujeitos se submetiam perguntas direcionadas baseadas na teoria elaborada, para verificar se também naqueles contextos valiam as mesmas considerações feitas.

A avaliação externa de Glaser e mais ainda o confronto com os colegas do International Institute of Qualitative Methodology, aos quais foi oferecida a possibilidade de aceder aos dados coletados e às codificações efetuadas e de re-percorrer o processo analítico realizado pelo grupo de pesquisa, representaram uma espécie de crédito, apesar de não ter sido um verdadeiro e próprio *audit*, crédito este da confiabilidade dos procedimentos e da credibilidade dos resultados emersos até então. Apesar de não terem sido necessárias, estas avaliações

externas não deixam de ser um ganho para a pesquisa, pois reforça a validade da teoria proposta.

Para uma teoria formal. O percurso em dez etapas delineado até aqui produziu uma teoria substantiva completa, mas, no âmbito sociológico, poderia prosseguir ainda mais. Um ulterior, facultativo passo que prossegue a viagem da GT é aquele da produção de uma teoria formal. Glaser e Strauss distinguem uma *teoria substantiva*, aquela que interpreta e explica um específico problema referente a uma particular área substantiva, de uma *teoria formal*, que oferece uma interpretação de segundo nível sobre um tema ou um processo geral, referente a diversas áreas substantivas. Se uma GT propõe, por exemplo, uma teoria substantiva sobre a passagem de *status* nos contextos hospitalares referentes ao morrer, é possível depois construir uma teoria formal sobre a passagem de *status* (GLASER & STRAUSS, 1971), em um nível de generalidade ainda mais amplo, que integre teoricamente as teorias substantivas sobre a passagem de *status* elaboradas em variados contextos (transição à idade adulta, passagens de *status* profissionais, envelhecimento, ritos de passagem em culturais distantes, ritos de iniciação, soldados que retornam do fronte etc.).

Portanto, a produção de uma teoria substantiva, querendo, poderia não exaurir a viagem de uma GT. É sempre possível prosseguir-la para gerar uma teoria sociológica geral sobre uma categoria significativa e ramificada em várias áreas substantivas (GLASER, 2006).

Mas é possível também, e até recomendável, que depois da elaboração do texto final se retorne sobre a própria teoria para retomar uma ou mais direções de pesquisa que não haviam sido adequadamente desenvolvidas ou que haviam sido inten-

cionalmente deixadas de lado, delimitando a teoria e desenvolvendo os ulteriores processos aí implicados.

PARA RESUMIR

- A viagem da GT segue um percurso que não é muito bem marcado. É aberto ao imprevisto, acolhe o caos, não tem pressa de conceituar, permanece fiel à experiência. Ao contrário, toda indicação metodológica é necessariamente rígida e tem preceitos no momento em que pretende congelar passagens metodológicas e definir acuradamente os procedimentos.

- Neste capítulo, mesmo com as oportunas cautelas e as necessárias distinções, foi delineado um percurso em dez etapas com o objetivo de oferecer um olhar de conjunto ao inteiro processo, antes de enfrentar nos próximos capítulos, mais aprofundada e criticamente, as fases do projeto operativo do fazer GT.

4

INICIAR UMA PESQUISA

4.1 Quando usar a GT

A GT é um método de pesquisa qualitativa entre outros. Não é lícito atribuir-lhe uma primazia sobre outros métodos nem chegar a reabsorver nela a ideia mesma de pesquisa empírica (MORSE, 2001). Tem quem tende a enfatizar os elementos de originalidade ou a sua tipicidade até chegar a distingui-la do conjunto dos métodos de análise qualitativa (GLASER, 2004), considerando que confundir as duas abordagens, uma descritiva e a outra conceitual, implicaria corroer o poder conceitual da GT. Mas o espaço de originalidade da GT, assim como de todas as demais metodologias de pesquisa qualitativa (etnografia, histórias de vida, análise de discurso etc.), não é absoluto, mas ligado ao fato de que é particularmente adequada para indagar específicos objetos. Em termos funcionais, toda metodologia é idônea para indagar certos temas segundo uma determinada perspectiva (MORSE & RICHARDS, 2002; CRESWELL, 2007).

Apesar de a adoção de um determinado paradigma ter, sem dúvida, um impacto sobre a escolha da metodologia, como será mostrado mais adiante, esta depende em parte do *tipo de objeto* que se pretende indagar e, sobretudo, do *tipo de olhar* que se deseja colocar sobre tal tema. E, claro, não depende das esco-